

Boletim ^{de} Serviço





SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO

Reitor

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

Vice-reitor

SUMÁRIO

ESTE BOLETIM DE SERVIÇO É CONSTITUÍDO DE 58 (CINQUENTA E OITO) PÁGINAS
CONTENDO AS SEGUINTE MATÉRIAS:

SEÇÃO II

PARTE 4

DESPACHOS E DECISÕES

IEF, CMF, GPG, GGV, VFI, MEB, MOC, GCO.....02

SEÇÃO IV

EDITAL

MESTRADO E DOUTORADO EM GEOCIÊNCIAS.....09

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO CUIDADO EM SAÚDE.....023

MESTRADO E DOUTORADO EM ENGENHARIA MECÂNICA.....032

MESTRADO PROFISSIONAL JUSTIÇA ADMINISTRATIVA.....037

ORDEM DE SERVIÇO DG/HU.....058

ELIANA DE OLIVEIRA RAMOS
Gerente da Gerência Plena de Comunicações
Administrativas

NÉLITON VENTURA
Pró-Reitor de Administração

SEÇÃO II

Parte 4:

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO IEF, N.º. 12 de 14 de outubro de 2015.

O Diretor do Instituto de Educação Física, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1 - **Designar** os professores **TANIA MARIA CORDEIRO DE AZEVEDO**, Matrícula SIAPE: 996547-4; **MARCUS PAULO ARAUJO MACIEIRA DE ANDRADE**, matrícula SIAPE: 1101485 e **TAUAN NUNES MAIA**, SIAPE 2915954, para formarem Comissão Científica do IEF na III Semana de De-senvolvimento Academico 2015.

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data.

EDMUNDO DE DRUMMOND ALVES JÚNIOR
Diretor do Instituto de Educação Física
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO CMF, N.º. 13 de 14 de outubro de 2015.

A Diretora da Faculdade de Farmácia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 - **Designar** os Servidores **GERALDO RENATO DE PAULA**, SIAPE nº 1478138, **LUCIANA MARIA RAMIRES ESPER**, SIAPE nº 1847358, **MARCELO FIGUEIREDO DA SILVA**, SIAPE nº 0311786 e **LEANDRO SANTOS XIMENES**, SIAPE nº 1856297 para comporem a **Comissão para Estudos sobre Segurança**, no âmbito da Faculdade de Farmácia.

2 - A Coordenação da **Comissão para Estudos sobre Segurança** caberá ao Professor Geraldo Renato de Paula, Vice Diretor da Faculdade de Farmácia.

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data

SELMA RODRIGUES DE CASTILHO
Diretor da Faculdade de Farmácia
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO GPG, N.º 02 de 30 de setembro de 2015.

O Coordenador do Curso de Pós – Graduação em de Geoquímica Ambiental, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1 - **Designar** os Professores, Dr. **RENATO CAMPELLO CORDEIRO**, Dra. **CARLA REGINA ALVES CARVALHO**, Dra. **CATIA FERNANDES BARBOSA**, Dra. **LUCIANE SILVA MOREIRA** e Dr. **HEITOR EVANGELISTA DA SILVA**, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Seleção M/D – 1º Semestre/2016.

Esta DTS entra em vigor a partir desta data.

WILLIAM ZAMBONI DE MELLO

Coordenador

#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO GPG, N.º 03 de 30 de setembro de 2015.

O Coordenador do Curso de Pós – Graduação em de Geoquímica Ambiental, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1 - **Designar** os Professores, Dr. **RENATO CAMPELLO CORDEIRO**, Dra. **CARLA REGINA ALVES CARVALHO**, Dra. **CATIA FERNANDES BARBOSA**, Dra. **LUCIANE SILVA MOREIRA**, Dr. **HEITOR EVANGELISTA DA SILVA** e os discentes, **BRUNO GUIDES LIBARDONI (D)** e **PEDRO PAES CALDEIRA (M)**, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Bolsas M/D – 1º Semestre/2016.

Esta DTS entra em vigor a partir desta data.

WILLIAM ZAMBONI DE MELLO

Coordenador

#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO GGV, N.º 10 de 6 de outubro de 2015

A Coordenadora do Curso de Graduação em Estatística da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1 - **Designar** os professores **JESSICA QUINTANILHA KUBRUSLY**, Matrícula SIAPE no 1710782, **ANA MARIA LIMA DE FARIAS**, matrícula SIAPE no 0311506, **ANA BEATRIZ MONTEIRO FONSECA**, Matrícula SIAPE no 311331, **LUDMILLA DA SILVA VIANA JACOBSON**, Matrícula SIAPE no 2581866, **DIRCE UESU PESCO**, matrícula SIAPE no 1559604, **LEONARDO GRESTA PAULINO MURTA**, Matrícula SIAPE no 1638874 e **MÁRCIA MARQUES DE CARVALHO**, Matrícula SIAPE no 2722437, para compor, sob a Presidência desta última, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Estatística da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua assinatura tendo, o Núcleo Docente Estruturante, duração prevista de dois anos.

MÁRCIA MARQUES DE CARVALHO
Coordenadora do Curso de Graduação em Estatística
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO VFI, N.º 02 de 19 de outubro de 2015.

EMENTA: Nomeação de Comissão organizadora da semana nacional de ciência e tecnologia do VFI

O chefe do Departamento de Física do Pólo Universitário de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Considerando a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2015;

1 - **Designar** os professores **LADÁRIO DA SILVA** (SIAPE 1168141), **JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA HUGUENIN** (SIAPE 2551747) e **RODRIGO GARCIA AMORIM** (SIAPE 2247887), para comporem, sob a presidência do primeiro, a comissão organizadora das atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2015 do departamento de Física de Volta Redonda;

2 - Esta designação não corresponde à função gratificada.

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data.

ALEXANDRE GREZZI DE MIRANDA SCHMIDT
Chefe do Departamento de Física do pólo universitário de Volta Redonda
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MEB Nº 03 de 16 de outubro de 2015

O Chefe do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

I - **Constituir** Banca Avaliadora de Trabalho de Monografia de Conclusão de Curso, para a correção do trabalho de título “QUALIDADE DE VIDA DOS ADULTOS PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA DE NITERÓI - RJ”, com fins de Colação de Grau do aluno GUSTAVO DOMINGOS RODRIGUES.

II - Designar para integrar a referida Banca os docentes: **FABÍOLA GIORDANI, HÉLIA KAWA e PAULO ROBERTO TELLES PIRES DIAS.**

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data.

MARIA LUIZA GARCIA ROSA
Chefe do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MOC, N.º. 06 de 05 de outubro de 2015.

O Chefe de Departamento de Odontoclínica, no uso de suas atribuições, regimentais e estatutárias,

RESOLVE :

1 – **Designar** os professores abaixo relacionados na qualidade de docentes responsável por disciplinas a este Departamento no ano de 2015.

Diagnóstico Bucal I – MOC 02023

ANDREIA BRAGA MOLERI

Diagnóstico Bucal II – MOC 04020

ANDREIA BRAGA MOLERI

Radiologia I – MOC 03016

JAIME JOSÉ DA ROSA FILHO

Radiologia II – MOC03017

JAIME JOSÉ DA ROSA FILHO

Endodontia – MOC 00045

LÍLIAN FERREIRA FREITAS

Endodontia IV – MOC 03019

SHIRLEY DE SOUZA PINTO

Endodontia V – MOC 03020

MARCOS DA VEIGA KALIL

Periodontia I – MOC 03021

Periodontia II – MOC 06022

DENIZE MANDARINO

Ortodontia I – MOC 03021

BEATRIZ DE SOUZA VILELLA

Ortodontia II – MOC 03027

ADRIANA DE ALCÂNTARA CURY SARAMAGO

Odontopediatria I – MOC 03028

Odontopediatria II – MOC 04024

THEREZA CRISTINA ALMEIDA GRAÇA

Clínica Integrada - MOC 04030 (M/T)

GUSTAVO OLIVEIRA DOS SANTOS

Clínica Integrada - MOC 04030 (T/N)

MARCO ANTONIO GALLITO

Cirurgia Bucal – MOC 05025 (M/T e T/N)

RAFAEL SEABRA LOURO

Implantodontia Oral – MOC02033

ARISTIDES DA ROSA PINHEIRO

Odontogeriatría- MOC04035

MÍRIAM FÁTIMA ZACCARO SCELZA

Câncer Bucal – MOC 03031

ANDREIA BRAGA MOLERI

Percusso Acadêmico – MOC 00064

TELMA REGINA DA SILVA AGUIAR

Biossegurança – MOC 00062

JOSIANE COSTA R. DE SÁ

Clínica Multidisciplinar II – MOC 00051

TELMA REGINA DA SILVA AGUIAR (M/T)

ESIO DE OLIVEIRA VIEIRA (T/N)

Fonoaudiologia – MOC 00069

MARCOS DA VEIGA KALIL

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data.

ARISTIDES PINHEIRO
Chefe do Departamento de Odontoclínica
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MOC, N° 07 de 05 de outubro de 2015.

O Chefe de Departamento de Odontoclínica, no uso de suas atribuições, regimentais e estatutárias.

RESOLVE :

1 – **Tornar** sem efeito a DTS nº 05 de 09 de março de 2015, devido a erro de digitação.

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data.

ARISTIDES PINHEIRO
Chefe do Departamento de Odontoclínica
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO GCO, N° 04 de 13 de outubro de 2015.

O Chefe do Departamento de Comunicação Social, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

1 - **Abrir** seleção simplificada para Professor Substituto na área de Conhecimento Publicidade e Marketing Digital

2 - **Nomear** Banca Examinadora composta pelos professores:

ARLETE ENI GRANERO – SIAPE 1667615

ADILSON VAZ CABRAL FILHO- SIAPE 1488810-6

GUILHERME NERY ATEM- SIAPE 0248760-9

GEISA RODRIGUES LEITE DA SILVA – SIAPE 1436193-0

Esta DTS entrará em vigor a partir desta data

GEISA RODRIGUES LEITE DA SILVA
Chefe do Departamento de Comunicação Social

SEÇÃO IV

EDITAL DE SELEÇÃO – 2016-1 MESTRADO/DOCTORADO

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geociências (Área de Concentração - Geoquímica), faz saber que estão abertas, para profissionais das áreas de Geologia, Física, Química, Biologia, Oceanografia, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Engenharia Sanitária e áreas afins, as inscrições para o Exame de Seleção aos Cursos de Mestrado e de Doutorado, na forma abaixo:

1 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO

MESTRADO

- Ficha de Inscrição (modelo anexo I ou formulário eletrônico em <http://www.geoquimica.uff.br>);
- Projeto de pesquisa (dissertação) a ser executado no mestrado com aceitação do futuro Professor Orientador, relacionado a sua linha de pesquisa (modelo anexo II);
- Curriculum Vitae - Modelo Plataforma Lattes CNPq1;
- Cópia do Diploma de Graduação ou Declaração de Conclusão do Curso assinada pelo Coordenador e/ou Diretor da Unidade, com data da colação de grau anterior ao período de matrícula , ;
- Cópia Histórico Escolar de Graduação 1;
- Cópia da Carteira de Identidade e do CPF ou passaporte 1;
- Uma foto 3x4 recente;

DOCTORADO

- Ficha de Inscrição (modelo anexo I ou formulário eletrônico em <http://www.geoquimica.uff.br>);
- Projeto de pesquisa (tese) a ser executado no doutorado com aceitação do futuro Professor Orientador, relacionado a linha de pesquisa (modelo anexo II);
- Curriculum Vitae - Modelo Plataforma Lattes CNPq 1;
- Cópia do Diploma de Mestrado ou Ata da Defesa da Dissertação, acompanhada da declaração de conclusão, com data de defesa anterior ao período de matrícula 1, 2 ;
- Cópia do Histórico Escolar de Graduação e de Mestrado 1 ;
- Cópia da Carteira de Identidade e do CPF ou passaporte 1 ;
- Uma foto 3x4 recente;

Os candidatos aprovados para o Mestrado e Doutorado deverão apresentar todos os documentos originais no ato da matrícula.

1 A documentação comprobatória do Curriculum Vitae para fim de pontuação também deve ser apresentada na ocasião da instalação da comissão de seleção. Candidatos que farão a avaliação em outras unidades da Federação ou outros países deverão realizar a inscrição pela Internet e encaminhar cópia da carteira de identidade, CPF ou passaporte.

2 A matrícula dos candidatos aprovados ficará condicionada à apresentação dos originais dos Diplomas de Graduação/Pós-Graduação devidamente reconhecidos ou da Declaração de Conclusão do Curso/Ata da Defesa da Dissertação, com data anterior ao período de matrícula. Diplomas, Declarações ou Ata da Defesa em língua estrangeira deverão estar traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa.

2 - LOCAL, PERÍODO E HORÁRIO DA INSCRIÇÃO

LOCAL : UFF - Instituto de Química

Programa de Pós-Graduação em Geoquímica

Outeiro de São Batista, s/nº - 5º andar

Centro, Niterói, RJ, 24020-141.

Tel.: (021) 2629-2218 Fax : (021) 2629-2234.

PERÍODO : 19 de Outubro de 2015 a 15 de Janeiro de 2016.

Horário: De segunda a sexta-feira, das 10 às 12 horas e das 14h às 16 horas

Observações:

Os formulários de inscrição podem ser obtidos e enviados através da webpage do Programa de Geoquímica (<http://www.geoquimica.uff.br>) desde o primeiro dia do período de inscrição até às 23:59 do dia 15 de Janeiro de 2016.

Os candidatos poderão se inscrever de forma presencial ou através do envio da documentação pelo correio. Nos dois casos toda a documentação listada no item 1 do presente edital deve ser anexada. Serão considerados inscritos, os candidatos cuja documentação completa for recebida na Secretaria do Programa, com data de postagem até o último dia do período de inscrição.

3 - LOCAL, PERÍODO, HORÁRIO E ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

LOCAL : UFF - Instituto de Química

Programa de Pós-Graduação em Geoquímica

Outeiro de São Batista, s/nº - 5º andar

Centro, Niterói, RJ, 24020-141.

Tel.: (021) 2629-2218 Fax : (021) 2629-2234.

ATIVIDADES	CATEGORIA	DATA	HORA
Análise de documentação	M/D	Até 18/01/2016	-
Divulgação da homologação das inscrições	M/D	Até 19/01/2016	-
Instalação da Comissão de Seleção	M/D	25/01/2016	08:30
Prova de Conhecimentos Fundamentais	M	26/01/2016	09:00 – 12:00
Prova de inglês	M/D	26/01/2016	14:00 – 17:00
Entrevista	M	27/01/2016	10:00 – 19:00

Apresentação de Projeto e Entrevista	D	28/01/2016	10:00 – 19:00
Divulgação dos Resultados	M/D	29/01/2016	10:00 - 17:00
Inscrição em disciplinas *	M/D	22; 23 e	10h-12h / 14h-16h
Período Letivo		De 07/03 a	22/07

M = Mestrado; D = Doutorado

(*) **Somente será aceita a inscrição em disciplinas dos candidatos aprovados com a apresentação da DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL (Carteira de Identidade, CPF ou Passaporte e Diplomas, Declaração de Conclusão de Curso ou Ata de Defesa de Dissertação) com data de defesa anterior ao período de matrícula, conforme especificado no item 1 do edital.**

4 - SISTEMÁTICA DA SELEÇÃO DE MESTRADO

4.1 – Etapas com caráter eliminatório:

(a) Análise do Curriculum Vitae (Plataforma Lattes), Histórico Escolar e Proposta de Projeto de Dissertação. **As atividades descritas no Curriculum Vitae só serão pontuadas se acompanhadas de cópia de documentação comprobatória.** (Peso 20 %)

(b) Prova de Conhecimentos Fundamentais (Peso 60 %)

(c) Prova de Inglês (Peso 20 %)

4.2 – Todos os candidatos podem ser convocados para entrevistas individuais à critério da comissão de seleção.

4.3 – Prova de Conhecimentos Fundamentais

O fluxograma estrutural da Prova de Conhecimentos Fundamentais e a literatura indicada encontram-se no **Anexo III**. A prova escrita consta de um núcleo de questões OBRIGATÓRIAS de Geoquímica e outro núcleo de questões OPTATIVAS selecionadas pelo candidato entre diversas opções de conhecimento nas Linhas de Pesquisa do Programa.

4.4 – Prova de Inglês

A avaliação de conhecimento de Língua Inglesa será realizada por meio da tradução de um artigo científico da área de Geoquímica Ambiental.

Observação: O conhecimento da Língua Portuguesa será avaliado durante todas as etapas do Exame de Seleção.

5 - SISTEMÁTICA DA SELEÇÃO DE DOUTORADO

Etapas com caráter eliminatório:

(a) Análise do Curriculum Vitae com ênfase em publicações em periódicos nas áreas Geologia, Química, Biologia, Oceanografia, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Engenharia Sanitária e áreas afins e Histórico Escolar. **As atividades descritas no Curriculum Vitae só serão pontuadas se acompanhadas de documentação comprobatória.** (Peso 40 %)

(b) Análise do projeto de pesquisa e apresentação oral do Projeto de Tese, seguida de arguição e entrevista com a comissão de seleção. O tempo máximo de apresentação é de 15 minutos com disponibilidade de recursos audio-visuais. (Peso 40 %)

(c) Prova de Inglês nos mesmos moldes da prova aplicada aos candidatos ao mestrado (Peso 20 %)

Observação: Candidatos estrangeiros e de outros estados da federação poderão, opcionalmente, ser avaliados via internet (vídeo conferência ou skype).

6 - LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA

O **Anexo IV** apresenta as linhas e os projetos de pesquisa de cada Professor Orientador.

7 - CLASSIFICAÇÃO, DISPONIBILIDADE DE VAGAS E CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

O presente edital visa preencher 15 (quinze) vagas para candidatos ao Mestrado e 10 (dez) vagas para candidatos ao Doutorado que estão vinculadas à disponibilidade dos Orientadores. As vagas disponíveis poderão ser preenchidas por brasileiros e estrangeiros aprovados no exame de seleção.

Há possibilidade, mas não garantia, de concessão de bolsas de estudo. A distribuição das bolsas existentes obedecerá à ordem de classificação geral dos candidatos.

Para candidatos que já cursaram parcialmente o mestrado ou o doutorado neste ou em outro Programa de Pós-graduação, mas não concluíram o curso, o tempo de permanência anterior será computado para efeitos do novo tempo de titulação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

Niterói, 14 de Outubro de 2015.

WILLIAM ZAMBONI DE MELLO
Coordenador do Programa de Geoquímica
#####

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO AO EXAME DE SELEÇÃO

MESTRADO DOUTORADO

1. Nome

2. Natural de _____ Nacionalidade _____

3. Data de Nascimento ____ / ____ / ____

4. Identidade nº _____ Órgão Expedidor _____ Estado ____ Emissão ____

5. Passaporte nº _____ País _____ CPF _____

6. E-mail

7. Endereço Residencial _____

Bairro _____ Telefone () _____ Celular () _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Endereço Profissional _____

Bairro _____ Telefone () _____ Cidade _____

Estado _____

EMPRESA: _____

8. Nome do Professor Orientador:

9. Regime de estudo: Tempo Integral Tempo Parcial 10. Como pretende custear seu curso: Bolsa de Estudo Recursos Próprios

11. Preencher os itens a seguir caso tenha conta no Banco do Brasil

Agência nº: _____ Nome da Agência: _____ Conta corrente nº: _____

12. Bolsas anteriores:

Agência financiadora	Nível	Início (mês/ano)	Término (mês/ano)

ANEXO II**FORMATO DA PROPOSTA DE PROJETO**

(máximo de três (3) páginas para mestrado e 5 (cinco) páginas para o doutorado)

1 – Orientador

2 – Título do Projeto

3 – Palavras-Chave

4 – 1 (uma) Linha de Pesquisa (ver anexo IV do Edital)

5 – 3 (três) Áreas do Conhecimento: (ver tabela CAPES)

6 – Objetivo(s)

7 – Relevância da Proposta

8 – Fundamentos

8.1 – Área de Trabalho

8.2 – Metodologia

8.3 – Suporte Financeiro

8.4 – Cronograma

9 - Título do Projeto do Orientador que está vinculado ao Programa:

10 – Referências Bibliográficas (mínimo de cinco mais relevantes)

Niterói, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Professor Orientador

ANEXO III**ESTRUTURA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS**

Prova escrita, constando de um núcleo de questões OBRIGATÓRIAS e outro núcleo de questões OPTATIVAS selecionadas pelo candidato, entre diversas opções de conhecimento das linhas de pesquisa dos orientadores disponíveis na ocasião.

1 - NÚCLEO DE OBRIGATÓRIAS

Questões sobre GEOQUÍMICA DE SUPERFÍCIE.

2. NÚCLEO DE OPTATIVAS

Questões discursivas a serem livremente escolhidas pelos candidatos dentro dos temas abaixo:

- 2.1. GEOLOGIA
- 2.2. ECOLOGIA
- 2.3. OCEANOGRAFIA
- 2.4. QUÍMICA
- 2.5. GEOGRAFIA FÍSICA
- 2.6. POLUIÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**GEOQUÍMICA**

Faure, G. (1991). Principles and Applications of Geochemistry. Prentice Hall. 600p.
Krauskopf, K.B., Bird, D.K. (1995) Introduction to Geochemistry. McGraw-Hill, Boston. 346p.
Press, Siever, Grotzinger e Jordan. (2006). Para Entender a Terra. Porto Alegre: Bookman. 656p.

GEOLOGIA

Press, Siever, Grotzinger e Jordan. (2006). Para Entender a Terra. Porto Alegre: Bookman. 656p.
Teixeira, W., Toledo, M.M., Fairchild, T.R., Taioli, F. (2009). Decifrando a Terra. Oficina de Textos. 557p.
Wicander R. & Monroe, J.S.(2009). Fundamentos de Geologia. São Paulo, Cengage Learning, 508p.

ECOLOGIA

Odum, E.P. (1988) Ecologia. Editora Guanabara, Rio de Janeiro. 434p.
Ricklefs, R. E. (2010). A Economia da Natureza. Editora Guanabara Koogan. 572p.
Esteves, F. A. (2011). Fundamentos de Limnologia - 3ed. Editora Interciência. 790p.
Townsend, C. R., Begon, M. & Harper, J. L. (2009). Fundamentos em Ecologia - 3ed. Editora Artmed. 576p.

OCEANOGRAFIA

Gross, M.G. (1990). Oceanography – a View of the Earth. Prentice Hall, Englewood Cliffs. 441p.
Thurman, H.V. (1994). Introductory Oceanography. Macmillan Publishing Company, New York. 526p.
Thurman, H. V.(2002). Essentials of oceanography. New Jersey : Prentice Hall.
Garrison, T. (2010). Fundamentos de oceanografia. Cengage Learning, São Paulo, 426p.

GEOGRAFIA / HIDROLOGIA

- Cockell, C. (2011). Sistema Terra-Vida: Uma Introdução. Editora Oficina de Textos. 360p.
- Christopherson, R.W. (2012) Geossistemas - Uma Introdução À Geografia Física. 7ed. Bookman. 726p.
- Calijuri, M. do C. & Cunha, D.G.F. (2013) Engenharia Ambiental: Conceitos, Tecnologia e Gestão (2013) Editora Elsevier, Rio de Janeiro. 789p.

POLUIÇÃO / MUDANÇAS GLOBAIS

- Berner, E.K. and Berner, R.A. (1996). Global environment: water, air and geochemical cycles, Prentice-Hall. 376p.
- Förstner U. & Wittmann, G.T.W. (1981). Metal pollution in the aquatic environment. Springer Verlag. 452p.
- IPCC - Relatório do Painel Internacional de Mudanças Climáticas (www.ipcc.ch). Relatório do Painel Nacional de Mudanças Climáticas.
- Schlesinger, W & Bernhardt, E.S. (2013). Biogeochemistry: An Analysis of Global Change. Academic Press. 672p.
- Steffen, W.L., Sanderson, A., Tyson, P., Jager, J., Matson, P.A., Moorer III, B., Oldfield, F., Richardson, K., Schellnuber, H., Turner II, B.L. (2005). Global change and the earth system: a planet under pressure. Editora Springer, Berlin. 336p.

WILLIAM ZAMBONI DE MELLO (1,2,4)

WILSON THADEU VALLE MACHADO (1,3)

ZULEICA CARMEN CASTILHOS (1,2)

Projetos de Pesquisa dos Professores para a escolha dos candidatos:

ABDELFETTAH SIFEDDINE

- 1) Mudanças globais dos últimos 1000 anos na América do Sul.
- 2) Mudanças climáticas e seus impactos sobre o sistema costeiro brasileiro durante os últimos 100 anos.
- 3) Projeto PALEOCEANO-Variabilidade decadal a milenar da Corrente do Brasil durante os últimos 130.000 anos e seu impacto sobre o clima da América do Sul.

ALEX ENRICH PRAST

- 1) Importância das Macrófitas aquáticas sobre e a ciclagem de C e funcionamento de ecossistemas aquáticos continentais.
- 2) Determinação das fontes de energia e carbono em cavernas.
- 3) Importância da quimiossíntese em sedimentos marinhos antárticos.

ALFREDO VICTOR BELLIDO BERNEDO

- 1) Estudo e caracterização de águas de formação e sua relação com os processos de mudanças e degradação de óleo.
- 2) Estudo de processos físico-químicos em ambientes de manguezais.
- 3) Estudos arqueométricos através da caracterização geoquímica de sítios arqueológicos.

ANA LUIZA SPADANO ALBUQUERQUE

- 1) Projeto Ressurgência – Biogeoquímica marinha e paleoceanografia da região de Cabo Frio.
- 2) Projeto PALEOCEANO-Variabilidade decadal a milenar da Corrente do Brasil durante os últimos 130.000 anos e seu impacto sobre o clima da América do Sul.
- 3) Projeto ASPECTO – Assimetria da distribuição de energia da Corrente Sul-equatorial e seu impacto sobre o clima global ao longo dos últimos 130.000 anos.

BASTIAAN ADRIAAN KNOPPERS

- 1) Origem, destino e balanço de massa de matéria biogênica e impactos antrópicos (barragens, agricultura, eutroficação) na interface continente-oceano leste/nordeste do Brasil.

CARLA REGINA ALVES CARVALHO

- 1) Estudo de processos atuais e pretéritos na costa do Rio de Janeiro através da análise de ^{14}C por espectrometria de massa com aceleradores.

2) Aplicações dos radioisótopos naturais ou artificiais em estudos ambientais como traçadores de processos e marcadores temporais.

CARLA SEMIRAMIS SILVEIRA

1) Geoquímica das cargas em suspensão e dissolvida de bacias de drenagem do sudeste brasileiro: base para a discussão de intemperismo.

2) Geoquímica de bacias de drenagem impactadas pelas chuvas intensas de janeiro/2011 na região serrana do Rio de Janeiro.

3) Variabilidade climática, oceânica e antrópica na baía de Guanabara: perspectiva comparativa em diversas escalas temporais.

4) Aplicação de técnicas avançadas de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) assistidas por ferramentas computacionais na avaliação petrofísica de rochas carbonáticas.

5) Implicações ambientais resultantes das elevadas descargas de nitrogênio reativo (Nr) nos compartimentos atmosfera, água e solo no Sudeste do Brasil.

CATIA FERNANDES BARBOSA

1) Sedimentação de sistemas carbonáticos e siliciclásticos da margem continental brasileira: integrações paleoclimáticas e paleoceanográficas.

2) Capacitação transdisciplinar para estudos do efeito de estresses ambientais em recifes de coral.

3) RETRO - Response of Tropical Atlantic surface and intermediate waters to changes in the Atlantic meridional overturning circulation.

EDISON DAUSACKER BIDONE

1) Estabelecimento de um índice de risco ecológico potencial para a contaminação por metais pesados, em sistemas aquáticos do Estado do Rio de Janeiro.

2) Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas.

ELISAMARA SABADINI SANTOS

1) Processos biogeoquímicos e geomicrobiológicos da ciclagem de material biogênico e metais na água e no sedimento em ambientes límicos e costeiros.

EMMANOEL VIEIRA DA SILVA FILHO

1) Transferência de materiais na interface Continente-Oceano (INCT).

2) Indicadores geoquímicos da paleovariabilidade climática na região Sudeste do Brasil.

3) Biogeoquímica e especiação de metais na área de ressurgência de Cabo Frio – RJ.

4) Hidrogeoquímica de Águas Subterrâneas e Fluxo de Elementos em ambientes costeiros.

5) Ciclagem Biogeoquímica de Mercúrio em Florestas Tropicais.

6) Projeto PALEOCEANO-Variabilidade decadal a milenar da Corrente do Brasil durante os últimos 130.000 anos e seu impacto sobre o clima da América do Sul.

HEITOR EVANGELISTA DA SILVA

- 1) (Bio)Aerossóis, Mudanças Globais e Processos de Dispersão.
- 2) Projeto RECORD: Esclerocronologia de corais e reconstrução paleo-climática/paleo-oceanográfica da costa brasileira.
- 3) Reconstrução paleo-ambiental a partir da sedimentologia periglacial

HUMBERTO MAROTTA RIBEIRO

- 1) Efeitos do aquecimento sobre a produção de CO₂ e CH₄ nos sedimentos lacustres em gradiente latitudinal da Amazônia à Antártica.
- 2) Produção de CO₂ e CH₄ ao longo de perfis de testemunhos aquáticos tropicais e subpolares.
- 3) Fatores reguladores das emissões de CO₂ e CH₄ dos lagos tropicais à atmosfera.
- 4) Distribuição espacial das concentrações de CO₂ e CH₄ nas águas oceânicas superficiais em transecto entre o Atlântico Sul e o Austral.
- 5) Relação do uso/cobertura do solo e o balanço de C entre o sequestro e a mineralização nos ecossistemas aquáticos.

JOHN EDMUND LEWIS MADDOCK

- 1) Estudos dos mecanismos de produção do gás do Efeito Estufa, Óxido Nitroso, em Solos, durante Incubações sob condições controladas. (Estudo usando barometria e análises químicas).
- 2) Especiação de metais contaminantes em sedimentos estuarinos e fluviais do Estado de Rio de Janeiro. (Usando técnica avançada de espectrometria com luz síncrotron para determinar ligantes dos metais).
- 3) Emissão do Gás de Efeito Estufa, Óxido Nitroso, N₂O, por solo pantanoso. Quais são as condições físicas e químicas neste solo que levam a emissão excepcional deste gás?
- 4) O solo como reator bioquímico trifásico: modelagem matemática de processos e condições no ambiente não-homogêneo, junto com medidas físicas e químicas de permeabilidade a água e ao ar, e de produção e consumo dos gases do efeito estufa, metano e óxido nitroso.

JULIO CESAR WASSERMAN

- 1) Biogeoquímica de metais para o gerenciamento de ecossistemas costeiros.
- 2) Gestão de Recursos Hídricos e suas relações com os processos de contaminação por poluentes inorgânicos e sanitários.
- 3) Remineralização de Nutrientes em Sedimentos Lagunares e processos de eutroficação.

LUCIANE SILVA MOREIRA

- 1) Variabilidade climática, oceânica e antrópica na Baía de Guanabara: perspectiva comparativa em diversas escalas temporais.
- 2) Determinação da evolução paleoclimática através de registros lacustres em área de transição Floresta / Cerrado (MT). Comparativo com impactos de distúrbios antrópicos atuais.

3) Fluxos de matéria no sistema Solimões e Amazonas: fatores de controle e funcionamento morfodinâmico do Holoceno aos dias atuais.

MARCELO CORREA BERNARDES

1) INCT de Transferência de materiais na interface continente-oceano.

2) Projeto PALEOCEANO-Variabilidade decadal a milenar da Corrente do Brasil durante os últimos 130.000 anos e seu impacto sobre o clima da América do Sul.

OLGA VENIMAR DE OLIVEIRA GOMES

1) Hidrogeoquímica das águas subterrâneas e superficiais da região Sul Fluminense.

RENATO CAMPELLO CORDEIRO

1) Variabilidade climática, oceânica e antrópica nos sistemas estuarianos da Baía de Guanabara e Lagoa Rodrigues de Freitas: perspectiva comparativa em diversas escalas temporais.

2) Monitoramento ambiental regional da Bacia Potiguar e caracterização do talude.

3) Determinação da evolução paleoclimática através de registros Lacustres Amazônicos. Comparativo entre registros paleoclimáticos e de impactos de distúrbios antrópicos atuais.

SAMBASIVA RAO PATCHINEELAM

1) Aplicação dos radionuclídeos para estudos ambientais: a) determinação da taxa de sedimentação nos últimos 120 anos (^{210}Pb , ^{137}Cs e ^7Be) para reconstrução da história de poluição nas regiões costeiras; b) uso de radio (Ra) para estimar as misturas das massas de água nas regiões costeiras; c) Uso de ^{234}Th para estimar a taxa de retrabalhamentos do sedimento pelas ações biológica e física.

2) Diagenese: Processos diagenéticos responsáveis para deslocação dos poluentes na coluna de sedimentos e nas águas intersticiais (após sedimentação).

3) Estimativa dos fluxos de poluentes metálicos nos sistemas fluviais (ex: Paraíba do Sul). A importância de estudo da especiação provocado pelas barragens (ex: Represa do Funil).

WILLIAM ZAMBONI DE MELLO

1) Implicações ambientais resultantes das elevadas descargas de nitrogênio reativo (Nr) nos compartimentos: atmosfera, água e solo no Sudeste do Brasil.

2) Dinâmica do nitrogênio reativo em microbacias hidrográficas cobertas por floresta Tropical Pluvial Atlântica nas vertentes oceânica e continental da Serra do Mar, RJ.

3) Emissões de óxido nitroso em sistemas naturais terrestres e aquáticos sob influência de atividades urbanas e industriais e, em sistema de tratamento de efluentes de lodos ativados.

WILSON THADEU VALLE MACHADO

1) Transporte, acumulação e exportação de metais e nutrientes na interface continente-oceano.

2) Biogeoquímica de contaminantes inorgânicos em sedimentos.

3) Indicadores geoquímicos e biológicos da contaminação de sistemas aquáticos.

ZULEICA CARMEN CASTILHOS

- 1) Ciclo biogeoquímico do mercúrio em reservatórios de hidrelétricas.
- 2) Avaliação de riscos de exposição ambiental sob enfoque de ecossaúde.
- 3) Avaliação de riscos por exposição ambiental a arsênio em Paracatu. Um enfoque integrado.
- 4) Avaliação de risco ecológico por exposição ao mercúrio.

OBS.: Outros projetos, diferentes dos listados acima, poderão ser aceitos com a anuência explícita do Professor Orientador escolhido.

Edital do Processo Seletivo do Curso de Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde – Turma 2016

1. Abertura

1.1 – A Universidade Federal Fluminense torna público, para conhecimento dos interessados, que as inscrições para o **Processo Seletivo do Curso de Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde**, estarão abertas no período de 23 a 27 de novembro de 2015 para o 1º semestre de 2016.

1.2 - O Programa de Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde tem como Área de Concentração a Complexidade do Cuidado em Enfermagem e Saúde e duas linhas de pesquisas, a saber:

1.2.1 - O cuidado em seu contexto sociocultural.

1.2.2 - Cuidados clínicos.

2 – Vagas

2.1 - Serão oferecidas 26 (vinte e seis) vagas para o curso de doutorado, correspondentes às oferecidas pelos professores orientadores. Dessas vagas, 24 (Vinte e quatro) serão destinadas a candidatos brasileiros e 02 (duas) vagas serão destinadas a candidatos estrangeiros. Caso não sejam preenchidas as vagas destinadas aos candidatos estrangeiros, as mesmas serão remanejadas para candidatos de nacionalidade brasileira, desde que tenham sido aprovados no Processo de seleção, obedecendo aos critérios classificatórios. De acordo com a Resolução nº 18/2002 do CEP-UFF, exige-se do candidato estrangeiro, apresentação do diploma de mestrado e do histórico escolar do curso de mestrado, ambos com autenticação do Consulado Brasileiro no país onde foram expedidos e acompanhados de tradução juramentada.

2.2 – As vagas para o curso de doutorado serão assim distribuídas: 16 (dezesesseis) vagas, 60% do total, destinadas a candidatos enfermeiros e 10 (dez) vagas, 40% do total destinadas aos demais candidatos de áreas afins. Caso as vagas destinadas a candidatos de áreas afins não sejam preenchidas, as mesmas serão remanejadas para candidatos enfermeiros aprovados no Processo Seletivo, obedecendo aos critérios classificatórios.

2.3 – O preenchimento das vagas atenderá aos seguintes critérios:

2.3.1 – vaga(s) oferecida(s) pelo orientador, de acordo com o quadro do item 2.5;

2.3.2 – candidato com maior pontuação para a vaga do orientador.

2.4 - Não haverá remanejamento de vaga ociosa para outro orientador e nem remanejamento de um candidato habilitado e não classificado para outro orientador com vaga ociosa. Por exemplo, se um aluno for aprovado para seu orientador de escolha, mas não for classificado devido à vaga ter sido preenchida, ele não poderá ser remanejado para vaga ociosa de outro orientador.

2.5 - A Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Cuidado em Saúde reserva-se o direito de não preencher o total de vagas oferecidas, caso os candidatos não apresentem os requisitos necessários, de acordo com os critérios estabelecidos.

2.6 – Relação dos docentes orientadores e número de vagas:

DOCENTES	VAGAS
ANA LÚCIA ABRAHÃO DA SILVA	02
BEATRIZ GUITTON RENAUD BAPTISTA DE OLIVEIRA	02
CLÁUDIA MARA DE MELO TAVARES	02
DONIZETE VAGO DAHER	01
EDMUNDO DE DRUMMOND ALVES JUNIOR	01
ELIANE RAMOS PEREIRA	01
ENÉAS RANGEL TEIXEIRA	02
FÁTIMA HELENA DO ESPÍRITO SANTO	02
GEILSA SORAIA CAVALCANTE VALENTE	01
JONAS LÍRIO GURGEL	01
MARILDA ANDRADE	01
ROSE MARY ROSA COSTA ANDRADE SILVA	02
ROSIMERE FERREIRA SANTANA	02
SELMA PETRA CHAVES SÁ	02
VALDECYR HERDY ALVES	01
VERA MARIA SABÓIA	01
ZENITH ROSA SILVINO	02
Total de vagas	26

3 - Qualificações específicas dos candidatos

3.1 Trata-se de um Processo Seletivo único, destinado aos candidatos inscritos, respeitando as etapas da seleção explicitadas neste Edital.

3.2 O candidato precisa ter concluído o curso de Mestrado em Instituição de Ensino Superior oficial ou reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação.

3.3 Títulos obtidos no exterior deverão obedecer à Resolução 18/2002 do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense - CEP/UFF.

3.4 Podem se inscrever enfermeiros e outros profissionais com projetos afins à área das Ciências do Cuidado em Saúde.

3.5 Apresentar a documentação discriminada neste Edital de Seleção dos candidatos ao Curso.

3.6 Estar habilitado a cumprir as exigências específicas do Programa, explicitadas neste Edital e no Regimento do Programa.

3.7 Realizar todas as etapas da seleção e atender aos critérios de classificação explicitados neste Edital de Seleção de Candidatos ao Curso.

4. Inscrição

4.1 A inscrição será realizada na Secretaria da Pós-Graduação em Ciências do Cuidado em Saúde da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, de no período de 23 a 27 de novembro de 2015, no horário das 10 às 16 horas, mediante apresentação da documentação e comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

4.2 Local: Rua Dr. Celestino 74 – 6º andar – Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Cuidado em Saúde da Escola de Enfermagem - Niterói - RJ – CEP: 24020-091. E-mail:

maccsuff@enf.uff.br Site: <http://www.eeaac.uff.br/pos-graduacao/stricto/maccs>/Telefone: (21) 2629-9484 e 2629-9486;

4.3 O candidato deverá no ato da inscrição, apresentar a seguinte documentação:

- a) Formulário de inscrição preenchido e assinado;
- b) Duas cópias legíveis da carteira de identidade e duas cópias do CPF;
- c) Duas fotografias 3x4 recentes;
- d) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a ser depositado pela Guia de Recolhimento da União (GRU) https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp; informes no site <http://www.eeaac.uff.br/pos-graduacao/formularios-pos-graduacao/>
- e) Duas cópias autenticadas do diploma ou originais da declaração de conclusão de curso de Mestrado, reconhecido por órgão competente do Ministério da Educação do ano corrente – 2015; na declaração de conclusão deve constar que o diploma encontra-se em trâmite e que o candidato não apresenta pendências no Programa;
- f) Cópia do histórico escolar do curso de Mestrado. Títulos obtidos no exterior deverão obedecer à Resolução 18/2002 do CEP/UFF;
- g) Currículo vitae segundo a Plataforma *Lattes* do CNPq, disponível em <<http://lattes.cnpq.br/index.htm>>, em três cópias impressas, que devem ser assinadas e datadas; as cópias dos documentos de comprovação do *currículo vitae* deverão ser apresentadas em uma única via numeradas de acordo com os itens registrados no currículo e encadernadas; somente serão considerados os itens comprovados na documentação anexada;
- h) O candidato deverá apresentar comprovante de publicação ou de aprovação para publicação (prelo) em uma das seguintes opções: 1ª - dois artigos em periódico *qualis* B2; 2ª - um artigo em periódico *qualis* B2 e um capítulo de livro com comitê editorial e ISBN; 3ª - um artigo de *qualis* B1 ou superior; o *qualis* do periódico deve atender a área de conhecimento do candidato <http://capes.gov.br/avaliacao/qualis> - no período de 1º de janeiro de 2011 a 27 de novembro de 2015; para o candidato estrangeiro será exigido o fator de impacto de cada publicação, considerando o fator igual a 0,2 ou superior;
- i) Comprovante de cadastro ou participação em grupo de pesquisa do orientador registrado no CNPq, assinado pelo líder ou vice-líder do grupo;
- j) Declaração de disponibilidade e dedicação do candidato às atividades do Programa, descritas no formulário próprio e disponível na secretaria;
- l) Carta de recomendação de um único professor do Curso de Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde, assinada, como possível orientador, seguindo o modelo do Programa;
- m) Comprovante de proficiência em língua estrangeira (inglês ou francês), em papel timbrado e assinado de Instituição Pública oficial ou Instituição de língua estrangeira que confere certificação, com período de validade de 2 anos, a partir de 23 de novembro de 2013;
- n) Projeto de pesquisa em 03 (três) cópias, com indicação na folha de rosto da opção por uma das linhas de pesquisa e nome do possível orientador, contendo no máximo 20 laudas, incluindo folha de rosto, cronograma e referências bibliográficas, apresentado em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 (modelo no Edital). As cópias do projeto devem ser assinadas e datadas pelo candidato;

o) Todo o material deve estar organizado numa pasta ofício 40 mm de cor amarela, com etiqueta de identificação do candidato;

4.4 No ato da inscrição, o candidato assinará um termo de ciência dos critérios do Edital e receberá um recibo contendo o cronograma das fases e os locais das provas e da divulgação dos resultados;

4.5 Os candidatos não habilitados terão o prazo de 30 (trinta) dias, após o resultado final para retirada do material entregue, a partir de então o material será picotado e encaminhado para coleta seletiva de lixo;

4.6 Em hipótese alguma haverá devolução da taxa de inscrição;

4.7 A Comissão do processo seletivo homologará as inscrições no dia 03 de dezembro de 2015.

5. Etapas da seleção

5.1 O preenchimento das vagas dar-se-á mediante processo que abrangerá as seguintes etapas:

a) Avaliação e arguição do Projeto de Pesquisa;

b) Avaliação do Currículo Vitae.

6. Etapas e Cronograma da Seleção

6.1 Para admissão no Curso, os candidatos cujas inscrições foram homologadas em 03 de dezembro de 2015, deverão se submeter ao exame de seleção, a ser realizado em duas etapas.

1ª Etapa – Arguição do candidato sobre o Projeto de Pesquisa pela Banca Examinadora, agendada para os dias 07 e 08 de dezembro de 2015. Essa etapa é eliminatória, sendo a nota mínima 6,0 (seis) para ser habilitado. O Resultado dessa etapa será divulgado no dia 09 de dezembro de 2015.

2ª Etapa - Avaliação do Currículo Vitae pela Banca Examinadora (etapa classificatória). O resultado dessa etapa será divulgado no dia 10 de dezembro de 2015.

6.2 Após o cumprimento das etapas da seleção será procedida a classificação dos candidatos de acordo com o número de vagas de cada professor orientador, considerando a média final e o número de vagas estabelecidas nesse Edital. O resultado das fases de seleção será divulgado no dia 10 de dezembro de 2015.

6.3 A Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo pelo Colegiado do Programa de Ciências do Cuidado em Saúde será no dia 15 de dezembro de 2015.

6.4 A nota final será a média aritmética entre a nota do projeto e do currículo; a nota mínima para habilitação no processo seletivo é 6,0 (seis).

6.5 O candidato pode ser habilitado e não classificado, de acordo com a disponibilidade de vaga(s) do professor orientador.

7. Considerações gerais

7.1 Os resultados da homologação e das etapas desse Processo Seletivo serão assinados e, oficialmente divulgados em papel timbrado a serem afixados no Quadro de Avisos da secretaria do Programa de Ciências do Cuidado em Saúde, localizado no 6º andar da EEAAC, podendo também ser divulgado no site do Programa, de acordo com a disponibilidade do funcionamento do serviço de informática da Universidade. O endereço do local da divulgação é o mesmo localizado no subitem 4.2 referente à inscrição, item 4.0.

7-2 Cabe ao candidato recurso em cada etapa do processo seletivo, desde que este seja apresentado em formulário próprio do Programa e entregue à secretaria do mesmo, em até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação oficial do resultado.

7.3 Em caso de empate, a ordem de classificação dos candidatos será definida levando em consideração o Currículo Vitae e, persistindo o empate, será classificado o candidato com maior idade.

7.4 A matrícula do aluno no Programa implica em aceitar: as normas da UFF, o Regimento do Programa; as decisões do colegiado quanto às atividades pedagógicas; os prazos e produções científicas.

7.5 A concessão de bolsa depende da disponibilidade dos órgãos de fomento e dos critérios estabelecidos pelo Colegiado do Programa. O ingresso no Programa não garante aquisição de bolsa de doutorado.

7.6 A seleção será realizada no 6º andar da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da UFF, ou em outras salas dessa Escola, quando for necessário, conforme divulgação no quadro de avisos do Programa no 6º andar.

7.7 Os casos omissos serão tratados pela Comissão do processo seletivo do doutorado.

7.8 O candidato que não comparecer a qualquer uma das etapas de Seleção descritas nesse Edital, estará eliminado do Processo Seletivo ao Curso de Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde.

8. Matrícula

8.1 - Para ser matriculado no Curso de Doutorado o candidato deverá ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo.

8.2 - A matrícula dos candidatos aprovados e classificados, só será efetivada mediante apresentação do diploma de curso de Mestrado ou Declaração original de Conclusão do Curso de Mestrado, em papel timbrado da instituição com assinatura da autoridade competente, informando que o diploma encontra-se em processo de expedição.

8.3 – A período de matrícula dos candidatos aprovados nesse processo seletivo, será afixado no Quadro de Avisos da secretaria do Programa de Ciências do Cuidado em Saúde, localizado no 6º andar da EEAAC, podendo também ser divulgado no site do Programa, de acordo com a disponibilidade do funcionamento do serviço de informática da Universidade.

8.4 - Os candidatos deverão apresentar uma carta de compromisso de disponibilidade para frequentar o curso de Doutorado.

8.5 – O candidato que não realizar a matrícula no prazo estabelecido será considerado como desistente do Processo Seletivo.

Deliberado no Colegiado em reunião no dia 15 de setembro de 2015

ENÉAS RANGEL TEIXEIRA

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências do Cuidado em Saúde EEAAC

#####

BEATRIZ GUITTON R. BAPTISTA DE OLIVEIRA

Subcoordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências do Cuidado em Saúde EEAAC

MODELO DO ROTEIRO DO PROJETO DE PESQUISA DOUTORADO
(No máximo 20 laudas)

TÍTULO**LINHA DE PESQUISA – Marcar com um X a opção pela linha**

() O cuidado em seu contexto sócio cultural

() Cuidados clínicos

RESUMO (Até 200 palavras)**4.1 – INTRODUÇÃO**

- Apresentação do tema de pesquisa
- Delimitação do problema de pesquisa
- Justificativa
- Objetivo(s)
- Referencial Teórico

4.2 - MÉTODOS E TÉCNICAS

- Referencial metodológico
- Tipo de estudo
- Campo de pesquisa
- Técnica de coleta de dados
- Tratamento e análise dos dados

4.3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**4.4. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES**

Obs.: O Projeto deve estar de acordo com a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - da Universidade Federal Fluminense.

5 - CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

Qualidade do material apresentado; Comunicação; Expressão e interação; Apropriação do assunto; Clareza das ideias; Objetividade, Capacidade de análise e síntese; Argumentação das respostas; Tempo da apresentação.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 ESCOLA DE ENFERMAGEM AURORA DE AFONSO COSTA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO CUIDADO EM SAÚDE

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO CUIDADO EM SAÚDE
ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES

CANDIDATO(A):

DATA: ____/____/____

QUESITOS	Valor	Pontuação (Avaliadores)			Média Final
		1º	2º	3º	
1. FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO	Máximo 0,5				
Especialização ou Residência	0,5				
2. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Máximo 0,5				
Até 30 horas (0,1 por curso)	0,2				
Acima de 30 horas (Até 0,5)	0,3				
3. ATUAÇÃO PROFISSIONAL (0,2 por ano)	Máximo 2,5				
Atividade de assistência	2,0				
Atividade de ensino	2,0				
Atividade de pesquisa, bolsa de pesquisador ou técnica	1,0				
Atividades administrativas	1,0				
Atividades de extensão	1,0				
4. ATUAÇÃO ACADÊMICA (0,2 por ano)	Máximo 1,0				
Bolsa de Pesquisa IC / IT					
Bolsa de Extensão					
Bolsa de Monitoria					
Programa Altos Estudos					
Estágio não curricular					
Outras Bolsas (Desenvolvimento acadêmico; PIBID; PET saúde; programa de mobilidade Internacional)					
5. PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Máximo 4,0				
Artigos completos publicados em periódicos e ou aceitos					
A1 (2,0 por cada produção)	4,0				
A2 (1,5 por cada produção)	3,0				
B1 (1,25 por cada produção)	3,0				
B2 (1,0 por cada produção)	2,0				
B3(0,5 por cada produção)	1,5				
B4 e B5(0,3 por cada produção)	0,9				
Autoria de livro publicado ou edições com ISSN e conselho editorial (1,0 por cada produção)	2,0				
Organização de livro ou edições com ISSN e conselho editorial (0,5 por cada produção)	1,0				
Capítulos de livros publicados com ISSN e conselho editorial (1,0 por cada produção)	2,0				
Textos em jornais de notícias/revistas/ (0,3 por cada produção)	0,9				
Trabalhos completos publicados em anais de congressos (0,5 por cada produção)	1,5				
Resumos expandidos publicados em anais (máximo 4)	0,8				

Resumos publicados em anais de congressos (máximo 4)	0,4				
Apresentações de Trabalho (máximo 4)	0,3				
Participação em Comissão Organizadora de eventos científicos (0,1 por cada)	0,3				
Orientação de trabalho de conclusão de curso (Máximo 4)	0,4				
Participação em bancas de trabalho de conclusão (Máximo 4)	0,4				
Prêmios e Titulação Acadêmica (0,1 por cada)	0,5				
Participação em Núcleo de Pesquisa	0,5				
6.PRODUÇÃO TÉCNICA (0,2 por item)	Máximo 1,5				
Processos ou técnicas / Trabalhos técnicos / Demais produções Técnicas (Máximo 4)	1,0				
Nota prévia e ou editorial em revista (máximo 4)	1,0				
Demais tipos de produção técnica: cartilhas, manuais, folhetos, protocolos. (Máximo 4)	1,0				
Produção artística e cultural vinculada a campo da saúde (Máximo 2)	0,5				
	TOTAL				

**DOUTORADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DO CUIDADO EM SAÚDE
ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE PESQUISA**

CANDIDATO (A):

DATA: ____/_____/_____.

TÍTULO DO PROJETO:

RECURSOS DIDÁTICOS E HABILIDADES PEDAGÓGICAS – 4,0 pontos			
ITENS DE AVALIAÇÃO/PONTUAÇÃO	1º Examinador	2º Examinador	3º Examinador
Comunicação e interação (0,5)			
Objetividade, capacidade de análise e síntese (1,0)			
Qualidade do material apresentado (0,25)			
Defesa da proposta (1,0)			
Argumentação nas respostas (1,0)			
Tempo da apresentação (0,25)			
CONTEÚDO DO PROJETO – 6,0 pontos			
INTRODUÇÃO - apresentação do tema, delimitação do problema de pesquisa, justificativa e objetivo. Referencial teórico. (1,5)			
MÉTODOS E TÉCNICAS - Tipo de estudo, campo de pesquisa, coleta, tratamento e análise dos dados (2,5)			
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Adequadas ao tema e atualizadas) A normatização adotada é ABNT – (0,5)			
CRONOGRAMA (0,5)			
Relevância e aderência ao grupo de pesquisa indicado (0,5)			
Qualidade e clareza da redação e coerência interna do texto (0,5)			
TOTAL			

EDITAL DE INGRESSO AO PROGRAMA FRANCISCO EDUARDO MOURÃO SABOYA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

O Colegiado do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense, considerando o que estabelece a Resolução Nº 02/10 do Conselho de Ensino e Pesquisa, torna público o presente edital de ingresso no Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, nas áreas de concentração em Mecânica dos Sólidos e em Termociências, subáreas de Análise Estrutural, Dinâmica de Sistemas Mecânicos, Mecânica dos Fluidos, Mecânica dos Materiais, Métodos Numéricos em Mecânica e Transferência de Calor e Massa.

1. Vagas

1.1. Mestrado em Engenharia Mecânica

São 30 (trinta) vagas por período letivo, sendo 20% (vinte por cento) das vagas reservadas para candidatos estrangeiros. Caso essas vagas para estrangeiros não sejam preenchidas, poderão ser ocupadas por candidatos brasileiros. As vagas serão preenchidas através do processo seletivo entre os candidatos inscritos, e são destinadas aos candidatos de formação acadêmica em Engenharia Mecânica e áreas afins (excluídas licenciaturas). O número total de vagas não será necessariamente preenchido. O ingresso no Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação será feito mediante seleção e classificação para o preenchimento das 30 (trinta) vagas.

1.2. Doutorado em Engenharia Mecânica

São 10 (dez) vagas por semestre, sendo 20% (vinte por cento) das vagas reservadas para candidatos estrangeiros. Caso essas vagas para estrangeiros não sejam preenchidas, poderão ser ocupadas por candidatos brasileiros. As vagas serão preenchidas através do processo seletivo entre os candidatos inscritos, e são destinadas aos candidatos de formação acadêmica em Engenharia Mecânica e áreas afins com pós-graduação *stricto sensu* nas mesmas áreas de formação acadêmica. O número total de vagas não será necessariamente preenchido. O ingresso no Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação será feito mediante seleção e classificação para o preenchimento das 10 (dez) vagas.

2. Inscrição

Estarão abertas, a partir de 4/1/2016, as inscrições de candidatos à seleção para o primeiro período letivo de 2016 nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense. As inscrições para o primeiro período letivo de 2016 serão aceitas até o dia 19/02/2016. Para o segundo período letivo de 2016, as inscrições estarão abertas a partir de 01/06/2016. As inscrições para o segundo período letivo de 2016 serão aceitas até o dia 15/07/2016.

A inscrição poderá ser feita na Secretaria do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, localizada na Rua Passo da Pátria, 156, Sala 213, Bloco E, São Domingos, Niterói/RJ, mediante entrega em envelope lacrado contendo: o comprovante do pagamento da taxa de inscrição de R\$ 100,00 (cem reais), a ficha de inscrição (Anexo A), as duas cartas de referências (Anexo B), a ficha cadastral da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (Anexo C), todas com preenchimento legível. Só serão aceitas inscrições contendo toda a documentação exigida. Em casos excepcionais, mediante solicitação, a Comissão de Seleção poderá isentar o candidato do pagamento da taxa de inscrição. Todos os documentos supracitados podem ser obtidos diretamente da internet, na página do programa: <http://www.pg.mec.uff.br>.

2.1. Período de inscrição

O período de inscrições será de 4 de janeiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2016, para o primeiro período letivo e de 1 de junho de 2016 a 15 de julho de 2016, para o segundo período letivo.

Endereço postal:

Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia
Coordenação do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya
de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica
Rua Passo da Pátria, 156 - Campus da Praia Vermelha – São Domingos
Bloco E - sala 213 - Niterói, RJ, BRASIL- CEP 24.210-240
Telefones: (55) - 21 - 2629-5591 / 2629-5592 - **e-mail:** pgmec@mec.uff.br

2.1.1. Serão aceitas as inscrições enviadas pelo correio, desde que postadas até a data do último dia de inscrição.

3. Documentação exigida para a inscrição

3.1. Duas cópias autenticadas do diploma de graduação reconhecido pelo MEC.

3.1.1. No caso de apresentação de certificado de conclusão de curso de graduação, este deverá ser oficial, com firma reconhecida.

3.1.2. No caso de apresentação do documento citado em 3.1.1., a matrícula do candidato, caso seja aprovado, ficará condicionada à apresentação do diploma.

3.1.3. Os títulos obtidos no exterior deverão cumprir exigências constantes da resolução N° 18/2002 do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, que está disponível na página: <http://www.propp.uff.br/legislacao.htm>

3.2. Duas cópias do histórico escolar do curso de graduação.

3.3. Duas cópias autenticadas do diploma ou do certificado de conclusão de curso de pós-graduação **stricto sensu** reconhecido pelo MEC (apenas para o Doutorado).

3.3.1. No caso de apresentação de certificado de conclusão de curso de pós-graduação, este deverá ser oficial, com firma reconhecida.

3.3.2. No caso de apresentação do documento citado em 3.3.1, a matrícula do candidato, caso seja aprovado, ficará condicionada à apresentação do diploma.

3.3.3. Os títulos obtidos no exterior deverão cumprir exigências constantes da resolução N° 18/2002 do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, que está disponível na página: <http://www.propp.uff.br/legislacao.htm>

3.4. Duas cópias do histórico do curso de pós-graduação **stricto sensu** (apenas para o Doutorado).

3.5. Duas cópias do documento de identidade.

3.6. Duas cópias do CPF.

3.7. Uma cópia do *curriculum vitae*, no modelo *Lattes* (ver <http://lattes.cnpq.br>), em que se demonstrem a formação acadêmica, a experiência profissional e a produção intelectual.

3.8. Comprovante original de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$100,00 (cem reais), a ser recolhida no Banco do Brasil. Os procedimentos para o pagamento da taxa de inscrição através da guia de recolhimento da União são:

- Acessar o sítio da Internet: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp
- Preencher a GRU com os seguintes dados:

- Código da Unidade Gestora: 153056;
 - Código de Gestão: 15227;
 - Código de Recolhimento: 28830-6;
 - Número de Referência: 0250158384;
 - Competência: mês/ano do recolhimento;
 - Vencimento: último dia do mês de competência;
 - CNPJ / CPF do contribuinte;
 - Valor Principal: R\$100,00;
 - Valor Total: R\$100,00.
- Clicar em emitir GRU simples e imprimir a guia a ser paga em qualquer agência do Banco do Brasil. Mais informações podem ser obtidas através do sítio <http://www.uff.br> – Guia de Recolhimento da União (GRU).

3.8.1. O recolhimento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil.

3.8.2. Só serão aceitos os recibos de depósito que contiverem todos os dados especificados acima.

3.8.3. O candidato estrangeiro deve apresentar as cópias do passaporte e do visto de estudante através dos quais pode se inscrever no processo de seleção de alunos do ano letivo de 2016. O CPF deve ser apresentado pelo candidato estrangeiro no ato da matrícula para que ele possa, caso queira, concorrer à bolsa de estudo.

3.8.4. Não haverá devolução da taxa de inscrição.

3.9. Ficha de inscrição (Anexo A do Edital).

3.9.1. Para comunicação com os candidatos, serão considerados os dados informados na ficha de inscrição, devendo o candidato atualizá-los na secretaria do Programa, em caso de qualquer alteração.

3.10. Duas cartas de referências (Anexo B do Edital).

3.11. Duas cópias da ficha cadastral da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Os campos Matrícula do Aluno e Código do Curso serão preenchidos pela Coordenação do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (Anexo C do Edital).

3.12. Duas fotos 3x4.

3.13. Plano de Trabalho (proposta de tese), somente para o doutorado.

4. Processo de Seleção

4.1. Candidatos ao Mestrado em Engenharia Mecânica

Os candidatos serão submetidos à seleção com base no Histórico Escolar, no *Curriculum Vitæ*, nas Cartas de Referências e em toda a documentação exigida para a efetivação da inscrição.

Os seguintes valores serão adotados como pesos para composição da nota final dos candidatos ao mestrado:

- Histórico Escolar: 50%
- Curriculum Vitæ (formato Lattes): 30%
- Cartas de Referência: 20%

Serão atribuídos graus de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para cada item. A nota mínima para aprovação será 6,0 (seis). Candidatos que não obtiverem esta pontuação serão eliminados do processo seletivo.

4.2. Candidatos ao Doutorado em Engenharia Mecânica

Para admissão como candidato ao Doutorado em Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense, exige-se o Grau de Mestre em Engenharia Mecânica ou áreas afins. Em casos especiais, esta exigência pode não ser considerada obrigatória pela Comissão de Seleção, se esta reconhecer no candidato, experiência suficiente ou conhecimento que se mostre extraordinário sobre a proposta de tese.

Os candidatos serão submetidos à seleção com base no Plano de Trabalho, Histórico Escolar, no **Curriculum Vitæ**, nas Cartas de Referências, na nota obtida no exame de seleção, e em toda a documentação exigida para a efetivação da inscrição.

Os seguintes valores serão adotados como pesos para composição da nota final dos candidatos ao mestrado:

- Curriculum Vitæ (formato Lattes): 30%
- Histórico Escolar: 30%
- Exame de Seleção: 20%
- Plano de Trabalho: 10%
- Cartas de Referência: 10%

Serão atribuídos graus de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para cada item. A nota mínima para aprovação será 6,0 (seis). Candidatos que não obtiverem esta pontuação serão eliminados do processo seletivo.

4.2.1. O Plano de Trabalho deverá ser redigido em língua portuguesa contemplando obrigatoriamente os seguintes itens:

- Introdução ao Tema;
- Justificativa;
- Objetivos;
- Bibliografia.

Na folha de rosto, deverá constar a identificação do candidato com a indicação da subárea ou linha de pesquisa a que está concorrendo.

4.2.2. O exame de seleção ao Doutorado será realizado na forma de avaliação escrita às 14:00 horas do dia 22 de fevereiro de 2016 para os candidatos ao primeiro semestre letivo de 2016, e às 14:00 horas do dia 22 de julho de 2016 para os candidatos ao segundo semestre de 2016. O exame será realizado na sala 234-B do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós- Graduação em Engenharia Mecânica, localizada na Rua Passo da Pátria, 156, Bloco E, São Domingos, Niterói/RJ.

4.3. Considerações Gerais

Somente as inscrições que atenderem a todas as exigências deste edital serão avaliadas. Todos os interessados, principalmente os de outros municípios, estados e do exterior podem se inscrever através de correspondência postal registrada para o endereço indicado no item 2.1.

Os interessados, podem obter maiores informações sobre o processo de seleção do Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense através do endereço pgmec@mec.uff.br, na página <http://www.pg.mec.uff.br>, ou pelos telefones (55)-(21)-2629-5592. Todos os documentos exigidos para efetivar a inscrição devem ser deixados num envelope lacrado na Secretaria do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica ou, preferencialmente, ser encaminhados por correspondência postal registrada, com data de postagem até o prazo final, que corresponde ao último dia para a inclusão do candidato no processo de

seleção do respectivo período letivo e com a posterior comprovação e apresentação dos documentos originais, caso haja necessidade.

5. Divulgação de Resultados e Interposição de Recursos

Os candidatos aprovados estarão HABILITADOS a se matricularem nos cursos de mestrado e doutorado. Os candidatos NÃO HABILITADOS poderão tomar conhecimento de suas notas individuais e interpor recurso, se assim considerarem necessário. A listagem com os candidatos HABILITADOS será divulgada às 14:00 horas do dia 03/03/2016, para o primeiro período letivo, e a partir das 14:00 horas do dia 04/08/2016, para o segundo período letivo, na Secretaria do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, localizada à Rua Passo da Pátria, 156, Sala 213, Bloco E, São Domingos, Niterói/RJ. A lista com os candidatos HABILITADOS também será divulgada na página do PGMEC (www.pg.mec.uff.br) a partir do dia 03/03/2016 para o primeiro semestre letivo, e a partir do dia 04/08/2016 para o segundo semestre letivo.

O prazo para interposição de recursos será de 24 horas após a divulgação dos resultados. Recursos recebidos fora deste prazo não serão aceitos.

6. Matrícula e Inscrição em Disciplinas

A matrícula e a inscrição em disciplinas serão realizadas na sala 234-B do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, localizada à Rua Passo da Pátria, 156, Bloco E, São Domingos, Niterói/RJ em datas a serem informadas posteriormente.

7. Concessão de Bolsas

Os candidatos aprovados poderão candidatar-se a bolsa de estudo. Para isso, cada candidato deve obrigatoriamente preencher o campo específico do formulário de inscrição (Anexo A).

8. Anexos do Edital

Fazem parte deste Edital, os seguintes documentos:

Anexo A – Formulário de Inscrição.

Anexo B – Cartas de Referências.

Anexo C – Ficha Cadastral da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos.

Anexo D – Programa/Ementa para o exame de seleção ao Doutorado.

Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa Francisco Eduardo Mourão Saboya de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense. Este Edital, a ficha de inscrição (Anexo A), a carta de referências (Anexo B), a ficha cadastral da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (Anexo C), e o programa/ementa para o exame de seleção ao doutorado (Anexo D) estão disponíveis no sítio da internet: <http://www.pg.mec.uff.br>.

Niterói, 6 de outubro de 2015.

JOÃO MARCIANO LAREDO DOS REIS
COORDENADOR DO PROGRAMA FRANCISCO EDUARDO MOURÃO SABOYA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA

#####

EDITAL DE SELEÇÃO - TURMA 2016**Secretaria Executiva do PPGJA**

Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, CEP: 24.210-130.

Tel.: 55 (21) 2629-2511

Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 11h às 16h.

E-mail: <secretaria_ppgja@nupej.uff.br>

A Universidade Federal Fluminense (UFF), com a Escola da Magistratura Regional Federal (EMARF), torna público que, no período de 23 a 27 de novembro de 2015, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao ingresso no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA).

1. MESTRADO PROFISSIONAL**1.1. Resumo**

O Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa / PPGJA (Mestrado Profissional), iniciado em 2010, foi impulsionado pelas atividades de pesquisa e de ensino voltadas para a efetividade da jurisdição que foram desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria – de 10 anos - com o Conselho da Justiça Federal, junto ao Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ-CNPq). Além de objetivar a formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão em face da Administração Pública, intenciona promover a pesquisa nas áreas de conhecimento – as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa -, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública. Portanto, preocupado com a área meio e a área fim dos órgãos de justiça administrativa, o PPGJA está pautado em linhas e projetos de investigação interdisciplinares, nacionais e internacionais – de relevância para a Justiça Federal brasileira segundo o próprio Conselho da Justiça Federal – e que possuem lastro nos Programas de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico e Doutorado) da UFF, nas áreas da Sociologia e Direito, Economia, História, Filosofia, Psicologia, Saúde Coletiva, Comunicação Social, Ciência da Informação, Matemática e Ciência da Computação. Parte do seu conteúdo programático foi incorporada em projeto de ensino internacional financiado pelo DAAD, encontrando-se hoje irradiado nos cursos de graduação afins da UFF, por iniciativa do recém implantado Departamento de Ciências Judiciárias, ao qual o PPGJA, ao lado do Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), está formalmente vinculado. O corpo docente permanente é composto de treze professores do quadro efetivo da UFF, todos em regime integral, a maioria dedicação exclusiva. O corpo docente colaborador compreende três docentes que foram escolhidos dentre diversos estrangeiros que mantêm cooperação com o GPEJ e o Nupej. Essa escolha espelha estrategicamente os objetivos acadêmicos do PPGJA, pois associa dois professores alemães e um francês, acompanhando a perspectiva comparada Europa – América Latina, a partir dos sistemas alemão e francês – que são os paradigmas para os sistemas judiciais administrativos na América Latina. Os projetos de pesquisa em desenvolvimento contam com a cooperação de instituições científicas e judiciárias sediadas na América Latina e Europa, e, desde 2012, nos EUA, Ásia e África.

1.2. Contextualização

As expressões “justiça administrativa” e “jurisdição administrativa” indicam os órgãos jurisdicionais destinados ao julgamento dos litígios de direito público ou de interesse da Administração Pública (justiça administrativa) e a natureza e o alcance da jurisdição prestada pelos mesmos (jurisdição administrativa), independentemente da existência ou não de um sistema administrativista ou

judicialista, monista ou dualista, do controle judicial da Administração Pública, de acordo com o entendimento adotado pelos membros da equipe do projeto euro-americano “Código modelo de jurisdição administrativa”, do Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ), quando da reunião ocorrida em setembro de 2006, na Universidade Alemã de Ciências da Administração Pública de Speyer (DHV), Alemanha, e da qual participaram especialistas do Brasil, Alemanha, França, Espanha, Argentina e Venezuela.

A abordagem acadêmica, em nível *stricto sensu*, sobre a “justiça administrativa” e a “jurisdição administrativa” é absolutamente inédita no Brasil, que, contrariamente à maioria esmagadora dos Estados latino-americanos e europeus, não possui uma legislação processual que consagre os princípios adequados aos litígios judiciais de direito público ou de interesse da Administração Pública - o que pode ser considerado uma das principais causas da falta de efetividade da proteção judicial do cidadão em face da Administração Pública e, inclusive, capaz de dificultar a consolidação do Estado de Direito. Como consequência dessa lacuna legislativa no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação das faculdades de Direito no país, o tema acabou no limbo, nem no direito processual civil nem no direito administrativo – mas em uma zona cinzenta - fato que despertou o interesse da Faculdade de Direito da UFF em investir no desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão nessa área, dentre as quais um curso de especialização voltado para juízes federais, contando para tanto, desde 1999, com o apoio do Conselho da Justiça Federal – órgão que coordena financeira e administrativamente a Justiça Federal, ramo do Poder Judiciário brasileiro que tem por missão predominante julgar justamente os litígios de interesse da Administração Pública federal.

A iniciativa do Grupo de Pesquisa GPEJ, que desde o seu surgimento em 2002 associa o Direito à Sociologia no desenvolvimento de atividades acadêmicas destinadas à efetividade da jurisdição administrativa, veio a ser chancelada pela Escola Nacional de Magistratura (ENFAM) - instituída pela Emenda Constitucional 45 - quando do advento de suas Resoluções nº 1 e 2. No mesmo sentido, decidiu o Conselho da Justiça Federal (Projeto Político Pedagógico do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e de Pesquisa para juízes federais / PNA – 2008/2009) que “as profundas transformações nas áreas econômica, política e sociocultural, tanto no plano científico como tecnológico e operacional, ocorridas, em ritmo cada vez mais acelerado, nos últimos tempos, requerem uma mudança de atitude do Judiciário e dos magistrados para que possam corresponder aos atuais anseios da sociedade. A natureza das demandas atuais exige do magistrado um conhecimento cada vez mais amplo e multidisciplinar: As novas gerações de juízes e magistrados deverão ser equipados com conhecimentos vastos e diversificados (econômicos, sociológicos, políticos) sobre a sociedade em geral e sobre a administração da justiça em particular”.

De fato, é consenso que o impacto socioeconômico da jurisdição administrativa, bem como a crescente judicialização das políticas públicas, exige daqueles que atuam perante órgãos de justiça administrativa conhecimentos específicos de ciências afins, como Sociologia, Economia, Saúde Coletiva ou Meio Ambiente. Por outro lado, uma jurisdição de qualidade não depende tão-somente dos conhecimentos necessários à solução de um litígio (atividade fim), mas também de conhecimentos sobre ciências – ditas auxiliares e dirigidas a juízes ou a administradores do judiciário - que propiciem os meios e infraestrutura adequados àquela prestação jurisdicional (atividade meio).

Portanto, além de um aprofundamento das atividades de ensino, partindo, de um curso de especialização destinado a juízes federais, para um mestrado profissional, como reflexo direto das pesquisas na área - em nível internacional - sediadas na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), buscou-se uma ampliação horizontal, de modo a otimizar na mesma direção as demais atividades e projetos de pesquisa vinculados ao tema “efetividade da jurisdição” e em desenvolvimento isoladamente nas diversas células departamentais da própria UFF no âmbito dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* seguintes: Ciências Sociais (graduação e mestrado acadêmico); Direito (graduação e mestrado acadêmico); Sociologia e Direito (mestrado acadêmico e doutorado); Economia (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); História (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciências Políticas (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Filosofia (graduação); Psicologia (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Saúde Coletiva (mestrado acadêmico); Comunicação Social (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciência da

Informação (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciência da Computação (graduação, mestrado acadêmico e doutorado). Dessa maneira, o Curso de Mestrado Profissional Justiça Administrativa PPGJA, que é um mestrado independente, mantém com os citados cursos de graduação e programas de pós-graduação uma relação alimentada pelos projetos de pesquisa existentes, sendo por estes impulsionados, sem prejuízo – frise-se – dos projetos de pesquisa interdisciplinares instituídos no âmbito do próprio PPGJA e do Nupej.

1.3. Objetivo – perfil profissional a ser formado

O PPGJA (Mestrado Profissional), além de objetivar a formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão em face da Administração Pública, intenciona a implantação da pesquisa nas áreas de conhecimento – as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa –, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública. O PPGJA é dirigido a profissionais graduados com experiência comprovada no âmbito dos órgãos jurisdicionais que julgam a Administração Pública, tais como juízes, membros do Ministério Público, agentes públicos em geral, serventuários, advogados públicos e privados, e profissionais que atuem como peritos judiciais.

1.4. Linhas de pesquisa

1.4.1. Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito

Objetiva uma reflexão sobre os princípios vetores e o alcance da denominada "jurisdição administrativa" – exercida pelo Poder Judiciário – a partir do aprofundamento em conhecimentos jurídicos, históricos, políticos e sociológicos fundamentais para o exercício adequado daquela função estatal, além de buscar uma maior compreensão dos valores considerados nas políticas públicas, em especial as de saúde, financeira e ambiental, propiciando uma visão mais larga do impacto da jurisdição administrativa, que, necessariamente, é fruto da ponderação daqueles mesmos valores, entre si ou entre outros de igual peso constitucional (vida, liberdade, propriedade, segurança, etc.).

1.4.2. Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa

Busca aprofundar conhecimentos técnico-científicos e instrumentais para o exercício da jurisdição administrativa, valendo-se da Filosofia, Lógica e Hermenêutica, Mídia, Gestão Documental, Arquivologia, Inovações Tecnológicas, e Estatística Judiciária.

1.5. Projetos de pesquisa

De acordo com a subárea escolhida e sua correspondente linha de pesquisa, os discentes poderão ser convidados a participar da equipe de projetos de investigação em desenvolvimento no âmbito do Núcleo de Ciências do Poder Judiciário da Universidade Federal Fluminense (Nupej-UFF). Esses projetos, cuja descrição encontra-se no Anexo I, estão assim agrupados:

Linhas de pesquisa	Projetos de pesquisa*
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	1. Código modelo euro-americano de jurisdição administrativa
	2. A formação da justiça administrativa no Brasil
	3. Impacto econômico da jurisdição administrativa
	4. Judicialização das políticas de saúde
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	5. Dinâmica da produção do conhecimento em Direito: da gestão documental à comunicação científica

	6. Ética, Mídia e Judiciário
--	------------------------------

* Ementas: Anexo I

1.6. Disciplinas

1.6.1. Disciplinas obrigatórias *

Bases históricas e políticas da justiça administrativa
Princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa
Análise econômica do interesse público
Metodologia da pesquisa científica e jurídica

1.6.2. Disciplinas optativas *

Linha de pesquisa	Disciplina optativa
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	Interesse público e escolha pública
	Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado
	Economia e judicialização das políticas ambientais
	Impacto social da jurisdição administrativa
	A cooperação interjurisdicional e as causas transnacionais de interesse estatal
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	Ética e Judiciário
	Argumentação, lógica e fundamentação das decisões judiciais
	Imprensa, mídia e jurisdição
	Comunicação científica, gestão documental e arquivística
	Inovações tecnológicas e estatística judiciária

* Ementas: Anexo I

1.7. Estrutura curricular (Resolução CEP nº 294/2009)

O Curso de Mestrado terá a duração e carga horária de 720 (setecentos e vinte) horas equivalentes a 48 (quarenta e oito) créditos. Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de aula ou de atividades.

Constituem atividades programadas a participação em seminários de pesquisa, eventos e missões científicas realizados no âmbito do PPGJA, estudos supervisionados por docente do PPGJA, dentre outras a critério do Colegiado. As atividades programadas serão relacionadas com o objeto da dissertação do mestrando.

Para integralizar 720 horas (48 créditos), o discente deverá observar o seguinte:

- 4 disciplinas obrigatórias, cada uma com 45 horas (3 créditos), e 4 disciplinas optativas, cada uma também com 45 horas (3 créditos), em um total de 360 horas (24 créditos).
- 2 atividades programadas, cada uma com 45 horas (3 créditos), em um total de 90 horas (6 créditos).
- elaboração e defesa de projeto (exame de qualificação), em 60 horas (4 créditos), e elaboração e defesa do trabalho final, em 210 horas (14 créditos).

1.8. Desenvolvimento

As aulas e as atividades programadas serão inteiramente presenciais e ocorrerão uma vez por mês, durante uma semana, nos dias e horários abaixo fixados.

No ano 2016, as aulas e atividades ocorrerão das 8h às 13h e das 15h às 19h, nos períodos de 22 a 26 de fevereiro, 07 a 11 de março, 28 de março a 01 de abril, 16 a 20 de maio, 13 a 17 de junho, 01 a 05 de agosto, 29 de agosto a 02 de setembro, 26 a 30 de setembro; 17 a 21 de outubro.

Quanto aos mestrandos selecionados por meio deste Edital, o exame de qualificação ocorrerá até o final de agosto de 2017, e a defesa do trabalho final, até o final de março de 2018.

1.9. Corpo docente

1.9.1. Corpo permanente

ALÚSIO GOMES DA SILVA JUNIOR

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=C03103>

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4782935P7>

CARMEM FEIJÓ

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4781071Z2>

EDSON ALVISI NEVES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4730994Z3>

GILVAN LUIZ HANSEN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4766764P9>

MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4787345Y0>

RICARDO PERLINGEIRO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4792663T6>

ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4788682H0>

RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W134154>

WILSON MADEIRA FILHO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4785572J7>

1.9.2. Corpo colaborador

DIANA-URANIA GALETTA

http://www.giurisprudenza.unimi.it/Facolta/Personale/DocentiAContratto/GALETTA-DIANAURANIA-82Y_ITA_HTML.html

HERMANN-JOSEF BLANKE

<http://www.uni-erfurt.de/uni/who-is-who/blank/>

KARL PETER SOMMERMANN

<http://www.hfv-speyer.de/sommermann/Lehrstuhlinhaber.htm>

2. INSCRIÇÕES

2.1. Público alvo

O Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA) é dirigido a profissionais graduados com **experiência comprovada** no âmbito dos órgãos jurisdicionais que julgam a Administração Pública.

2.2. Vagas e subáreas

Serão oferecidas, no total, 22 (vinte e duas) vagas, dentre as quais 2 (duas) serão reservadas, na subárea Justiça Administrativa e Estado de Direito, para estrangeiros não residentes no Brasil. As vagas oferecidas serão distribuídas por subáreas (conforme a tabela abaixo), que deverão ser indicadas pelos candidatos no momento da inscrição, ao apresentarem o seu pré-projeto de dissertação, e às quais permanecerão vinculados para sua dissertação final.

Linha de pesquisa	Subárea	Vagas para brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil	Vagas para estrangeiros não residentes no Brasil
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	Justiça Administrativa e Estado de Direito	5	2
	Justiça Administrativa e História	3	
	Justiça Administrativa e Meio Ambiente	3	
	Justiça Administrativa e Saúde Coletiva	5	
Inovações na gestão dos órgãos da justiça administrativa	Justiça Administrativa e Ética	4	

2.3. Inscrições

2.3.1. Inscrição presencial (pessoal ou por representação)

2.3.1.1. Período/Horário: 23 a 27 novembro de 2015, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h.

2.3.1.2. Local: Secretaria Executiva do PPGJA, Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), localizado na Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, e-mail: <secretaria_ppgja@nupej.uff.br>, tel.: 55 (21) 2629-2511.

2.3.2. Inscrição à distância (via postal – por SEDEX, com aviso de recebimento – para o “Núcleo de Ciências do Poder Judiciário -Nupej, Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, Brasil, CEP: 24.210-130”), **no período de 23 a 27 de novembro de 2015**, condicionada ao encaminhamento por meio eletrônico (e-mail: <secretaria_ppgja@nupej.uff.br>), dentro do mesmo prazo, da ficha de inscrição e demais documentos.

2.4. Documentos necessários

Os candidatos deverão apresentar, no ato da inscrição, os documentos abaixo relacionados:

2.4.1. Ficha de inscrição 2015 (Anexo II), impressa e preenchida em computador (digitada).

2.4.2. Justificativa de interesse do candidato, explicitando a relação do Curso com seus objetivos profissionais.

2.4.3. Pré-projeto de dissertação, com até 30 (trinta) páginas, redigido em português ou espanhol, onde deverá constar, de acordo com o Anexo III: o nome do candidato, o tema de pesquisa, a hipótese de trabalho, sua relevância e viabilidade, o estado atual sobre a questão levantada, uma discussão conceitual e metodológica, as fontes de investigação, a bibliografia básica e o cronograma de trabalho.

2.4.4. Currículo, apresentado no modelo *Lattes* - disponível para preenchimento no site <<http://lattes.cnpq.br/>>. Os comprovantes correspondentes (cópias de diplomas, certificados, declarações, capas de publicações, índice e ficha catalográfica, quando houver, etc.) deverão ser encadernados, numerados e entregues em uma única via somente quando da realização da segunda etapa do concurso.

2.4.5. Ficha cadastral (Anexo V) devidamente preenchida e assinada.

2.4.6. Duas fotografias 3x4.

2.4.7. Cópia da carteira de identidade e do CPF (ou passaporte, para estrangeiros não residentes); do diploma do curso de graduação em qualquer área de conhecimento (ou, caso o candidato não possua tal diploma, no momento da inscrição, poderá apresentar uma declaração da Faculdade atestando que o mesmo concluiu a graduação, condicionado, porém, à posterior apresentação do diploma); e do histórico escolar da graduação.

2.4.8. Projeto de pesquisa gravado em mídia digital (CD)

Os documentos constantes dos itens 2.4.1, 2.4.2, 2.4.3 e 2.4.4 deverão ser apresentados em 2 (duas) vias, separadamente, em encadernação simples e dentro de envelope. Quanto aos documentos referentes aos itens 2.4.5, 2.4.6 e 2.4.7, devem ser apresentados sem encadernação, em um envelope não lacrado.

3. SELEÇÃO

O processo seletivo será constituído de 2 (duas) etapas. O candidato que faltar a qualquer uma dessas etapas será eliminado.

3.1. Primeira etapa

3.1.1. Os candidatos inscritos submeter-se-ão a uma seleção constituída de 2 (duas) etapas, compondo-se a primeira etapa de prova de conteúdo escrita, com 2 (duas) questões relacionadas com a subárea escolhida pelo candidato no momento da inscrição, que versarão sobre a bibliografia indicada (Anexo

IV) e terá duração de 3 (três) horas, vedada a consulta, e de uma prova de proficiência em língua estrangeira (a escolher: alemão, francês, inglês ou italiano), com duração de 1 (uma) hora, visando aferir a capacidade de compreensão de texto sobre questões afetas ao Programa, sendo facultado o uso de dicionário em papel.

3.1.2. Cada prova escrita terá o valor máximo de 10,0 (dez) e será eliminatória. Serão eliminados os candidatos que não atingirem o grau numérico mínimo 7,0 (sete) em cada prova. A nota da prova de conteúdo comporá a nota final dos candidatos com peso 4,0 (quatro) e a de língua estrangeira com peso 1,0 (um).

3.2. Segunda etapa

3.2.1. A segunda etapa consistirá em duas fases, cuja nota máxima será 10,0 (dez) pontos cada uma. A primeira fase da segunda etapa será de caráter eliminatório.

3.2.2. 1ª fase: Avaliação e defesa oral do pré-projeto de dissertação (Anexo III) e sua relação com a trajetória acadêmica e profissional, assim como as contribuições que espera encontrar e fornecer ao Programa (com base em carta justificando o interesse).

3.2.3. No pré-projeto, serão considerados os seguintes pontos: a) importância para o aperfeiçoamento do sistema judiciário referente aos órgãos que julgam as causas de interesse da Administração Pública; b) adequação fundamentada às linhas de pesquisa do Programa e à subárea escolhida; c) domínio da bibliografia básica sobre o tema proposto; d) construção do problema de pesquisa; e) metodologia.

3.2.4. Análise do *curriculum vitae*.

3.2.5. A pontuação do *curriculum vitae* seguirá os seguintes parâmetros:

Título	Pontuação Máxima
Formação acadêmica (cursos de extensão, especialização e pós-graduação) relacionada com a subárea escolhida – 0,5 para cada extensão, 1,0 para especialização; 1,5 Mestrado e 2,0 Doutorado	2,0
Experiência profissional relacionada com a subárea escolhida – 1,0 para cada 2 anos	5,0
Publicações de artigos ou livros relacionados com a subárea escolhida – 0,5 por publicação	2,0
Participação em eventos acadêmicos relacionados com a subárea escolhida – 0,2 por evento	1,0

3.2.6. Serão aprovados na segunda etapa os candidatos que receberem grau mínimo de 7,0 (sete) na primeira fase. Para a composição da nota final o peso da 1ª fase (avaliação e defesa oral do projeto de pesquisa) será de 3,0 (três) e o peso da 2ª fase (currículo) será de 2,0 (dois).

3.2.7. Após a realização das duas etapas da seleção, serão classificados os primeiros colocados de cada uma das subáreas indicadas no momento da inscrição, conforme o número de vagas previstas no item 2.2 deste edital.

3.2.8. Em caso de empate serão selecionados os candidatos que obtiverem as melhores notas, sucessivamente, na prova de conhecimento, na entrevista sobre o pré-projeto de dissertação, no currículo e na prova de proficiência em línguas. Persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

3.3. Candidatos estrangeiros não residentes no Brasil

Os candidatos estrangeiros não residentes no Brasil participarão apenas da segunda etapa, ocasião em que será necessário demonstrar proficiência na língua portuguesa.

3.4. Cronograma

Para as diferentes etapas do processo seletivo, o candidato deverá estar munido do documento de identidade. As etapas serão realizadas segundo o cronograma abaixo:

3.4.1. Primeira etapa

Dia	Horário	Atividade	Local
03.12.15	13h	Entrada nas salas e conferência dos documentos de identidade e assinaturas.	Faculdade de Direito da UFF, Niterói-RJ
	14h	Prova de conteúdo e de língua estrangeira.	
07.12.15	18h	Divulgação do resultado da primeira etapa e da relação do dia e horário da defesa oral de cada candidato aprovado.	Internet

3.4.2. Segunda etapa

Dia	Horário	Atividade	Local
17 e 18.12.15	9h30min-20h	Entrega dos comprovantes dos títulos constantes dos currículos apresentados (conforme item 2.4.5), defesa oral dos pré-projetos de pesquisa e entrevista.	Faculdade de Direito da UFF, Niterói-RJ
21.12.15	18h	Divulgação do resultado da segunda etapa e do resultado final do concurso.	Internet

Dependendo do número de candidatos inscritos, ambas as etapas deste certame poderão ser unificadas nos dias **3, 4 e 5 de dezembro de 2015**, de modo que todos os candidatos que participarem da primeira etapa também poderão participar da segunda etapa, mediante prévia comunicação a ser oportunamente divulgada na Secretaria Executiva do PPGJA, Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), localizado na Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, tel.: 55 (21) 2629-2511 e no seu site <www.nupej.uff.br/ppgja>.

3.5. Local de realização da seleção

As duas etapas do concurso serão realizadas na Faculdade de Direito, situada na Rua Presidente Pedreira, nº 62, Ingá, Niterói-RJ. Oportunamente, serão comunicadas as salas correspondentes. Será desclassificado o candidato que não comparecer no horário, assim como aquele que faltar a qualquer das etapas da seleção.

3.6. Comissão examinadora

A Comissão Examinadora, presidida pelo Coordenador do PPGJA, será composta pelos membros do corpo docente do Programa e por convidados especialistas.

3.7. Divulgação dos resultados

Os resultados de todas as fases da seleção estarão à disposição dos candidatos no site do PPGJA <www.nupej.uff.br/ppgja>.

3.8. Devolução dos documentos

Os documentos pessoais estarão disponíveis aos respectivos candidatos por até 30 (trinta) dias, a partir da data da divulgação do resultado final, quando, então, serão destruídos.

3.9. Recursos

Serão admitidos recursos, até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado de cada etapa, que estiverem fundamentados nos critérios adotados neste edital, não se permitindo a vista de provas antes do final do certame.

4. MATRÍCULA

O candidato aprovado e classificado, tendo apresentado, no momento da inscrição, o diploma de graduação do curso reconhecido (frente e verso), a cópia do CPF e da identidade, bem como a ficha cadastral (Anexo V) corretamente preenchida, terá sua matrícula efetuada junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação desta Universidade (PROPPi), condicionada à entrega, impreterivelmente, até o dia **26 de janeiro de 2016**, da autorização formal do dirigente máximo da Instituição a que estiver profissionalmente vinculado, quanto à sua participação nas atividades presenciais constantes do item 1.8 deste Edital.

4.1. Estrangeiros - títulos obtidos no exterior

A matrícula dos estrangeiros não residentes ou daqueles que tenham obtido título de graduação no exterior, estará condicionada, além da apresentação dos documentos acima, ao encaminhamento do histórico do respectivo curso e ao referendo correspondente pelo Colegiado do PPGJA dos estudos realizados no exterior. As cópias do diploma de graduação e do histórico deverão estar autenticadas pelo consulado brasileiro no país onde foram expedidos e acompanhados de tradução juramentada.

A aceitação dos títulos emitidos por universidades estrangeiras para fins de matrícula no PPGJA não garante aos estudantes a equivalência de títulos para fins de revalidação ou registro que objetive o exercício da profissão no território brasileiro.

Será eliminado o candidato que, apesar de aprovado e classificado, não apresentar os documentos necessários à realização da matrícula dentro do prazo fixado, sendo convocado o candidato seguinte, de acordo com a ordem de classificação na subárea indicada quando da inscrição.

5. ADMISSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS

Após o término do período de inscrição nas disciplinas, em dia a ser oportunamente comunicado, será aberto prazo para que os demais aprovados (não classificados) no concurso para ingresso no mestrado profissional solicitem uma vaga na condição de aluno especial. Quando da solicitação, o candidato a aluno especial deverá indicar sua subárea, que será a mesma do concurso para ingresso no mestrado profissional, bem como as disciplinas optativas que tiver interesse, por ordem de preferência. A seleção dos alunos especiais será de responsabilidade de comissão específica, designada pela presidência e pela coordenação da banca examinadora, a qual classificará os candidatos de acordo com a nota final obtida

no concurso para ingresso no mestrado profissional. Cada aluno especial poderá participar de até 2 (duas) disciplinas disponíveis, uma por semestre letivo. As disciplinas e o número de vagas – por disciplina e subárea – serão divulgados semestralmente.

Os alunos especiais não serão matriculados no Curso, tampouco terão vantagens para ingresso posterior como aluno regular. Para receber declaração final de participação, o aluno especial precisará concluir, com aproveitamento, a disciplina correspondente.

6. GRATUIDADE

O Mestrado Profissional do PPGJA é um curso gratuito, o que abrange a isenção de taxa de inscrição.

7. DIPLOMA

O título de mestre obtido nos cursos de mestrado profissional reconhecidos e avaliados pela Capes e credenciados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) tem validade nacional.

8. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Como referência, consta no Anexo V parte da bibliografia integrante das disciplinas do Curso.

9. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Comissão Examinadora.

Niterói/RJ, 7 de outubro de 2015.

A COMISSÃO EXAMINADORA

#####

ANEXO I**EMENTAS DOS PROJETOS DE PESQUISA E DAS DISCIPLINAS****EMENTAS DOS PROJETOS DE PESQUISA**

Projetos relacionados com a linha
“Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito”

1. Projeto CÓDIGO MODELO EURO-AMERICANO DE JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA.

O projeto euro-americano Código modelo de jurisdição administrativa, vinculado ao Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ), e concebido no âmbito da Universidade Alemã das Ciências da Administração Pública de Speyer (Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer / DHV) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). O referido projeto, cujo objetivo é elaborar, sobre uma base comparativa, um código modelo para a jurisdição administrativa, vem sendo desenvolvido por meio de colóquios presenciais e de discussões via e-mail, com a participação de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, França; Universidade Jaume I, Espanha; Universidade de Milão, Itália; Universidade de Buenos Aires, Argentina; Universidade Católica Andrés Bello, Venezuela; Universidad Mayor de San Andres, Bolívia; Universidade de Erfurt, Alemanha; Universidade Externado da Colômbia, Colômbia. Também relacionado com este projeto, as atividades desenvolvidas com o Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal, sobre um código modelo de processos administrativos – judicial e extrajudicial – para Ibero-américa, e com a Universidade de Málaga, nas áreas da jurisdição administrativa e da cooperação jurídica internacional.

2. Projeto A FORMAÇÃO DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA NO BRASIL. A preocupação fundamental dessa investigação é a efetividade do controle jurisdicional da administração, regra fundamental de direitos humanos e, na realidade, a própria garantia do Estado de Direito. Portanto, investe para desvendar as motivações e paradigmas na formação da justiça administrativa no Brasil que ultrapassa a observação da trajetória dessa justiça na contextualização socioeconômica, para verificar também as ideias dos juristas pensantes na montagem desses aparatos e dos atores dessas instâncias, permitindo visualizar e comparar criticamente não só tais correntes de pensamentos, como a circulação dessas ideias ao longo dos tempos e nos países do ocidente, mormente aqueles que apresentem modelos próprios e inspiradores de outros; por fim, uma análise comparativa das estruturas e práticas dos sistemas ocidentais de jurisdição administrativa, de forma a se considerar modelos comuns, coincidências e discrepâncias indicadoras de caminhos seguros. Visa identificar e interpretar a formação da jurisdição administrativa e o papel que esta desenvolveu na construção da Nação e o seu envolvimento na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento do Estado de Direito.

3. Projeto IMPACTO ECONÔMICO DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA. O impacto econômico (consequência indireta) da jurisdição administrativa pode ser concebido sob duas perspectivas distintas: a) a da qualidade da prestação jurisdicional em um contexto amplo, associando o desenvolvimento econômico a um sistema judiciário administrativo economicamente eficiente: aparelhado, qualificado, independente, efetivo e, sobretudo, previsível e uniforme; e b) a da qualidade da prestação jurisdicional em um contexto mais estreito, voltado para um processo judicial justo e confiável, não apenas pelos indicadores estruturais acima mencionados, mas, sobretudo, pela existência de uma jurisdição administrativa que admita decisões judiciais fundamentadas em aspectos socioeconômicos quando diante de litígios em que direitos dos cidadãos são confrontados com o interesse público. Neste contexto, o diálogo entre economistas e juristas, a partir de uma concepção de justiça distributiva, de uma perspectiva econômica de interesse público (bens comuns ou coletivos/publicgoods) e de situações concretas, deve buscar referenciais e tentar identificar critérios (impessoais e abstratos) claros e objetivos que sejam capazes de dimensionar economicamente os valores constitucionais tensionados nos litígios de interesse da administração pública. Para tornar minimamente factível esse objetivo, imprescindível seria considerar as modalidades e as áreas da

atuação administrativa. Igualmente importante seria transitar sobre uma classificação quanto aos efeitos econômicos da decisão judicial que se sujeita àquele desafio: a) em função do momento - impacto imediato, impacto mediato, impacto diferido no tempo; b) em função do espaço físico - impacto local, regional, nacional e transnacional (comunitário e internacional); c) em função dos interessados - impacto a interesse individual, coletivo ou difuso; d) em função da natureza dos bens sub judice: bens patrimoniais e não patrimoniais. O projeto busca identificar, a partir de um conceito econômico de interesse público (bens comuns ou coletivos/publicgoods), referenciais axiológicos e critérios econômicos que possibilitem a incorporação de conhecimentos de economia na fundamentação das decisões judiciais e que, ainda, contribuam para a diminuição do grau de discricionariedade dos magistrados quando da ponderação de valores constitucionais tensionados e associados a interesse público nos litígios em que haja participação da Administração Pública.

4. Projeto JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE. A pesquisa objetiva analisar o fenômeno social consubstanciado na crescente busca da tutela judicial para a garantia de acesso aos serviços de saúde, verificando o comportamento dos tribunais, bem como a reação dos órgãos de gestão sanitária, por meio de uma análise interdisciplinar e aprofundada. A investigação é justificada pela enorme relevância político-jurídico-social da judicialização das políticas de saúde, capaz de interferir nos planos e na forma de atuação da Administração Pública e de alterar a agenda política nacional. Destarte, urge compreender adequadamente o fenômeno, identificar suas consequências positivas e negativas, bem como vislumbrar alternativas ou aprimoramentos, por meio de uma intermediação dos conhecimentos de diferentes campos do saber (tais como, direito, saúde coletiva, economia e sociologia), sem olvidar de buscar, cuidadosamente, elementos em experiências estrangeiras. Desse modo, emerge hialino o potencial de contribuição da pesquisa para a melhor compreensão da judicialização e, conseqüentemente, para o ajuste da tensa relação entre saúde e direito.

Projetos relacionados com a linha
“Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa”.

5. Projeto DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DIREITO: DA GESTÃO DOCUMENTAL À COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. O objetivo deste projeto é estudar a dinâmica da produção do conhecimento na área do Direito, tendo em vista conhecer, levantar e analisar os procedimentos de tratamento da informação e as fontes de informação/documentos (impressos e digitais) que são gerados, acessados/usados e socializados pelos profissionais em Direito. Ou seja, temos como proposta de pesquisa examinar a estrutura, o fluxo e a comunicação da informação em Direito, para identificar e conhecer os padrões de comunicação dos profissionais e pesquisadores da área do Direito bem como as fontes de informação em sua ampla acepção (instituições, eventos, documentos e serviços), produzidas no âmbito desta área de conhecimento e reconhecidas como relevantes por seus membros, produtores e usuários desta informação. Mediante o reconhecimento de que estas são peças fundamentais para a tomada de decisão e transferência do conhecimento, pretende-se mapeá-las, analisá-las e descrevê-las, sem perder de vista o crescimento exponencial das novas tecnologias e dos novos interesses informacionais e comunicacionais no Direito. Neste sentido, estuda-se igualmente a certificação digital, pois esta vem sendo reconhecida e adotada pelo Poder Judiciário como um importante instrumento para automatizar procedimentos, adiantar processos e reduzir custos. Assim, pretende-se também investigar os diversos usos das novas tecnologias de informação e comunicação no Poder Judiciário. Serão ainda considerados para estudo o comportamento e as especificidades informacionais dos segmentos das comunidades científicas em Direito na atualidade. Analisaremos, também, como acontece a articulação entre conhecimento científico explícito e tácito. Tentaremos, então, mostrar a interação entre a gestão do conhecimento e o sistema de comunicação científica no Direito. Em relação ao estudo sobre certificação digital, teremos, como produto esperado, a proposição de métodos e modelos que aperfeiçoem as aplicações em curso.

6. Projeto ÉTICA, MÍDIA E JUDICIÁRIO. A linha de pesquisa apresenta três vertentes de trabalho: a primeira enfoca o processo de construção e o conteúdo das normas que orientam as atividades de um Juiz para o exercício da jurisdição, dentre os quais principalmente o Código de Ética da Magistratura. A segunda investiga as relações entre mídia e Judiciário no Brasil, partindo da hipótese de que a atividade jornalística, em seus diferentes suportes, influencia ou pode influenciar as decisões judiciais e o próprio

comportamento dos operadores do direito no mundo contemporâneo, marcado pela midiaticização das relações sociais e pelas urgências da comunicação em "tempo real". A terceira analisa os aspectos ético-morais imbricados na relação do Poder Judiciário com a mídia, vislumbrando, por um lado, as possíveis implicações desta relação na formação da opinião pública e, por outro lado, perscrutando a influência da opinião pública sobre o Poder Judiciário.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Disciplinas obrigatórias

BASES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

Ementa: A justiça, a sociedade e o controle da Administração Pública no Brasil Colônia a partir dos modelos centralizados da Europa Continental. A construção do aparato burocrático e a correlação com o processo de independência no Brasil. O papel do Poder Moderador no Império brasileiro e a doutrina francesa. A dualidade de jurisdição francesa e o liberalismo na construção da nação brasileira. A reforma do Judiciário no movimento do liberalismo e controle dos atos administrativos. Os modelos jurisdição administrativa e a adequação republicana. A ideia do acesso à justiça na América do Sul. A Emenda Constitucional nº 45/2005.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E REGRAS GERAIS DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

Ementa: A presente disciplina objetiva abordar os princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa que, independentemente do sistema vigente (monista ou dualista), devem orientar as instituições políticas e judiciárias quando comprometidas com a pacificação social sob primazia do Estado de Direito e da proteção dos cidadãos. Nesse contexto, sendo de menor importância saber se tais princípios ou regras estão reunidos em um código processual autônomo ou em um outro diploma legislativo qualquer, examinam-se, por exemplo, os poderes do juiz sobre matéria probatória, a densidade do controle jurisdicional (discrecionabilidade, interesse público e políticas públicas), a autoridade da coisa julgada em favor do cidadão e a execução forçada de decisões judiciais que, nos litígios de direito público ou nos que houver interesse da Administração Pública, dependem necessariamente de um tratamento diferenciado.

ANÁLISE ECONÔMICA DO INTERESSE PÚBLICO

Ementa: Esta disciplina visa, por um lado, apresentar conceitos básicos da microeconomia para, através das concepções do mercado e do bem-estar, chegar a uma percepção das razões pelas quais é necessária a atuação do Estado na economia. Por outro lado, apresentam-se modelos macroeconômicos que visam explicar por que a atuação do Estado é necessária para contrabalançar os movimentos cíclicos da economia. Por meio dessa abordagem dual (micro e macro), abrem-se diversas possibilidades para a discussão e maior compreensão do interesse público sob perspectiva econômica.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E JURÍDICA

Ementa: Conhecimento e ciência. O significado da ciência moderna. Ciência, técnica e ideologia. Teorias do conhecimento. Principais métodos: Positivismo, Hermenêutica, Dialética. Discussão dos projetos de dissertação em fase de elaboração e no domínio da pesquisa jurídica. Produção de conhecimento e práticas de investigação no campo do judiciário. Diferentes abordagens metodológicas da pesquisa jurídica e suas etapas: definição do problema, procedimentos de coleta de dados, construção de categorias de análise, estudo e interpretação dos dados. Normalização de trabalhos acadêmicos.

Disciplinas optativas

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL E O MODO DE PRODUÇÃO DO CUIDADO

Ementa: A construção social e histórica do Sistema Único de Saúde no Brasil e sua constituição legal. A gestão do SUS, seus instrumentos regulatórios, mecanismos de decisão. O conflito/tensão entre o arcabouço jurídico-legal do SUS e a relação entre oferta e demanda de assistência em saúde, sob o princípio da universalidade de acesso à saúde. Os micropoderes no cotidiano de administração dos serviços de saúde. Fundamentos filosóficos, sociais, legais, do cuidado em saúde e sua relação com os modelos assistenciais vigentes. A micropolítica e subjetividade na produção do cuidado em saúde. Será apresentado o mercado e o sistema de saúde no Brasil, e feitas comparações com outros países (OECD, América Latina e países emergentes), no que diz respeito ao financiamento da saúde, e a relação público-privado. Identificar as peculiaridades da produção nos serviços de saúde. A saúde como valor de uso e valor, e sua função pública. Provisão pública: Fundamentos e Financiamento da Seguridade Social e do SUS - Apresenta as bases legais do sistema, do financiamento da seguridade social e do SUS.

ECONOMIA E JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Ementa: Talvez a principal dificuldade ao se decidir judicialmente sobre um conflito ambiental esteja em mensurar, de maneira mais adequada, os valores em jogo. Muitas vezes princípios constitucionais se confrontam; em especial o direito ao meio ambiente enquanto recurso natural, promovendo a adequada sobrevivência e o progresso e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também costumam entrar em confronto leituras conservacionistas, calcadas numa visão de natureza que exclui o ser humano, e leituras preservacionistas, que tomam o homem como parte indissociável das políticas ambientais. Some-se a isso a necessidade de uma melhor percepção por parte das políticas ambientais internacionais e nacionais e a correlata dinâmica jurisprudencial nas cortes internacionais, objetivando um alinhamento sobre o tema. Chega-se à conclusão que, para além da compreensão da dogmática jurídica, torna-se necessário o domínio sobre o histórico da questão ambiental e mesmo a compreensão das principais diretrizes das políticas dos executivos federal, estaduais e municipais, correlacionadas à Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse contexto, a despeito da vida humana moderna depender essencialmente do uso e da extração de recursos naturais, isso gera uma série de problemas ambientais decorrentes das atividades econômicas (esgotamento de recursos, poluição, aquecimento global, etc.). Porém, assumir uma simples relação concorrencial entre o meio ambiente e a produção econômica seria superficial demais. As diferentes faces dos conflitos ambientais relacionam-se a falhas de mercado e questões de propriedade, o que nos remete a um aspecto de distribuição e de justiça. Assim, a economia do meio ambiente objetiva o estudo de problemas de diferentes áreas. Elabora regras para o uso consciente e a proteção do meio ambiente que atendam ao interesse público e tenta apresentar um olhar diferenciado das possibilidades de uma economia de mercado de proteger os recursos naturais, ao mesmo tempo em que produz bens economicamente valorizados. O papel do Estado na tarefa de regulamentar as atividades econômicas, no que se refere aos seus impactos ambientais, e as dificuldades de assumir este papel são fundamentais. Além disso, enfatizando a crescente urgência dos conflitos ambientais, ganha destaque a análise da política ambiental nacional e mundial. Outro objetivo essencial é buscar a compreensão das razões da existência de um crescente abismo entre os conhecimentos sobre os efeitos ambientais danosos e suas consequências econômicas, e da necessidade de se manter atividades econômicas não-compatíveis com as ideias básicas ambientais, ou seja, do questionamento da possibilidade de construção de um futuro sustentável para as sociedades. Do conteúdo, destacam-se os seguintes pontos: principais correntes de economia do meio ambiente, conceito de sustentabilidade; falhas de mercado e externalidades ambientais, nível ótimo de poluição, instrumentos econômicos para obtenção da sustentabilidade; poluição ótima, padrões de consumo, valoração ambiental, mudanças climáticas; política ambiental.

ÉTICA E JUDICIÁRIO

Ementa: O Juiz, enquanto quem dá efetividade ao direito pela jurisdição, enfrenta a necessidade de conhecer o problema entre as partes, compreendendo o que ocorre e verificando como o direito pode resolver ou contribuir na solução de dada questão. Nesse processo, ele se defronta com expectativas, desejos, valores, necessidades, etc., implícitos aos atores que procuram a jurisdição; igualmente ele, ademais, é detentor de expectativas, desejos, valores, necessidades, etc., e seu julgamento da causa em curso se depara com os referidos elementos que o constituem enquanto ser humano inserido num dado contexto e partícipe de um mundo da vida específico. E ainda são acrescidas a isso as expectativas, os desejos, os valores, as necessidades, inerentes à função que ele assumiu, os quais estão presentes nos Códigos, Resoluções, Regimentos, Decretos, Legislação. Nesse contexto, a presente disciplina tem por objetivo: (a) analisar as principais concepções éticas presentes na contemporaneidade e suas implicações, situando-as sob a ótica da atuação na Magistratura; (b) discutir as imbricações da ética e do direito na construção da democracia, com ênfase no cotidiano das Instituições da Administração Pública de consecução do direito; (c) delinear, a partir do prisma da Ética do Discurso de Habermas, parâmetros de construção de uma ética para os agentes públicos capaz de contemplar as exigências de um Estado Democrático de Direito. O conteúdo programático compreende: (a) ação do Juiz diante das perspectivas éticas na sociedade: apatia, negação, fundamentalismo, reflexão; comunitarismo e universalismo ético; (b) os parâmetros éticos da atuação jurisdicional: justiça, felicidade e dever. A relação Ética-Política-Direito na modernidade e o impacto nas decisões dos tribunais; (c) os aspectos éticos contidos na concepção de Estado Democrático de Direito e o impacto na atuação dos Magistrados.

ARGUMENTAÇÃO, LÓGICA E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Ementa: A teoria da motivação da decisão judicial parte do pressuposto de que uma tecnologia democrática que pretenda dar conta de um mundo complexo deve apresentar mecanismos decisórios que permitam a averiguação de seus arrazoados. Não se trata mais de um positivismo imperativista a destilar comandos draconianos, mas de um sistema de ponderação de interesses que presentifica os conflitos e alcança a decisão, enquanto razoabilidade possível, a partir de instâncias deliberatórias ou, ao menos, racionalmente dialógicas. Trata-se de encarar o que é justo enquanto o que é justificável. Vale dizer, é possível encontrar, pela via do discurso, caminhos racionais a elucidar questões controversas traçando um campo referencial que demonstre ser aquela solução a mais razoável diante dos focos argumentativos. Desse modo, o direito a uma decisão motivada pode passar a ser encarado como um princípio democrático, espelhando a transparência da administração pública, em suas interfaces em todos os poderes institucionais. Uma decisão, qualquer que seja, deve poder ser questionada, de forma arguta e amadurecida. Ao se sofisticar a decisão, pela via da motivação, estar-se-á aprimorando, na realidade, todo o sistema judicial, que restará robustecido, pela força da argumentação – integrando-se aos discursos socialmente produzidos e não mais procurando destacar-se desses semanticamente. Nesse sentido deverão ser discutidos aspectos como a moral, a liberdade, o Estado e a implementação motivacional ética. Assim como o discurso racional como teoria da justificação jurídica e o problema da justificação das sentenças jurídicas.

A COOPERAÇÃO INTERJURISDICIONAL E AS CAUSAS TRANSNACIONAIS DE INTERESSE ESTATAL

Ementa: A necessária especificidade de princípios fundamentais e regras gerais para a jurisdição administrativa, atendo-se ao Estado de Direito e à proteção dos direitos do cidadão, gera reflexo nas situações jurídicas conflituosas transnacionais – de direito público ou de interesse da Administração – que sujeitas a regras de cooperação interjurisdicional onde não se consideram comumente aspectos do direito público. O curso almeja, a partir da natureza pública ou privada do litígio transnacional, uma compreensão reflexiva dos princípios de cooperação interjurisdicional, tais como o da cláusula da ordem pública, da reciprocidade de tratamento ou da imunidade à jurisdição.

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO DA SELEÇÃO PARA INGRESSO NO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO JUSTIÇA ADMINISTRATIVA (PPGJA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
--

Nome completo:

Subárea escolhida:

Escolha a prova de proficiência em língua estrangeira:

inglês francês alemão italiano

Data de Nascimento/Idade:

Identidade:

CPF:

Endereço/Cidade:

Telefones de contato:

E-mail:

Área de formação/Universidade/ano:

Ocupação atual:

Declaro que estou ciente do edital e que estou de acordo com seu conteúdo

Assinatura do candidato

ANEXO III

Roteiro do pré-projeto de dissertação

1. Identificação do candidato (nome)
2. Identificação do pré-projeto:
 - 2.1. Título:
 - 2.2. Temas relacionados ao pré-projeto (até 3)
3. Justificativa da adequação a uma linha de pesquisa do PPGJA e à subárea escolhida (máximo de 10 linhas)
4. Resumo (máximo de 10 linhas)
5. Composição do pré-projeto:
 - 5.1. Tema de pesquisa e hipótese de trabalho
 - 5.2. Objetivos e fundamentação teórica
 - 5.3. Justificativa
 - 5.4. Métodos e técnicas de pesquisa
 - 5.5. Cronograma
 - 5.6. Referências bibliográficas

ANEXO IV

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA A PROVA DE SELEÇÃO

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ESTADO DE DIREITO

ASIMOW, Michael. Five Models of Administrative Adjudication (September 26, 2014). Forthcoming Vol. 63, **American Journal of Comparative Law** (2015); Stanford Public Law Working Paper No. 2502210. Acesso em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2502210>

PERLINGEIRO, Ricardo. O devido processo administrativo e a tutela judicial efetiva: um novo olhar? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 239, p. 293-331, jan. 2015. Acesso em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2511545>

PERLINGEIRO, Ricardo; SOMMERMANN, Karl-Peter. **Euro-American Model Code of Administrative Jurisdiction: English, French, German, Italian, Portuguese and Spanish Versions**. Niterói: Editora da UFF, 2014. 130p. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2441582>

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E HISTÓRIA

GARCIA, Maria da Glória Pinto Dias. **Da justiça administrativa em Portugal**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994. Cap. III, parágrafo 1, p. 263-322.

GARNOT, Benoît. **Histoire de la justice** : France, XVIe-XXIesiècle. Paris: Gallimard, 2009. p. 257-339.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1999. 1. Cap. do 1v (teoria da ação social), 3. Cap. do 2v (sociologia do Direito).

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. quinta parte, p. 397-429, p. 475-535.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E MEIO AMBIENTE

ALIER, Joan Martinez. Correntes do ecologismo; Ecologia política: estudo dos efeitos ecológicos distributivos. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007. p. 21-39, 89-118.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 11ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009. Cap. 8, p. 249-356.

ROBERTS, J. Timmons; TOFOLLON-WEISS, Melissa. North american conceptions of environmental justice. In: MADEIRA FILHO, Wilson. **Direito e justiça ambiental** (org). Niterói: PPGSD-UFF: 2202. p. 23-36.

UNITED NATIONS. HUMAN RIGHTS COUNCIL. Analytical study on the relationship between human rights and the environment. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session19/A-HRC-19-34_en.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E SAÚDE COLETIVA

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011. Disponível em: <<http://www.trf2.gov.br/cursos/COLE%20PARA%20ENTENDER%20A%20GEST%20DO%20SUS,%20.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

GOMES DA SILVA JÚNIOR, Alúcio; GOUVEIA, Maria Thereza Carolina de Souza. Saúde suplementar: regulação e jurisdição. In: ASENSI, Felipe Dutra; PINHEIRO, Roseni (Org.). **Direito sanitário**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. 11, p. 224-252.

PAIM, Jairnilson. TRAVASSOS, Claudia. ALMEIDA, Celia. BAHIA, Ligia. MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. Londres, 2011. Disponível em: < <http://www.trf2.gov.br/cursos/PAIM,%20Jairnilson.pdf> >. Acesso em: 13 jan. 2015.

PALMER, Ellie. NHS Rationing: The role of courts in disputes over access to medical services). In: _____. **Judicial Review, Socio-Economics Rights and the Human Rights Act (From need to `choice` in public services: The boundaries of judicial intervention in prioritisation disputes**. Portland: Hart, 2009. p. 208-220.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ÉTICA

CUMBRE JUDICIAL IBEROAMERICANA. Ética Judicial. **Publicaciones de Cumbre**. Disponível em: < http://www.cumbrejudicial.org/c/document_library/get_file?uuid=cf0762fd-d301-4006-a90e-d80de30c1e94&groupId=10124 >. Acesso em: 13 jan. 2015.

DURÃO, Aylton Barbieri. **Habermas: os fundamentos do Estado Democrático de Direito**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 2009. Cap. 32(1), p. 119-137.

HABERMAS, Jürgen. A Reconstructive Approach to Law 1: The System of Rights. In: HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy**. Translation by William Rehg. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996. p. 82-131.

HABERMAS, Jürgen. Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso. In: HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 61-141.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?. In: KANT, Immanuel. **Immanuel Kant: textos seletos**. 2.ed. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

MAUS, Ingeborg. **O Judiciário como superego da sociedade**. Novos Estudos. n. 58. nov. 2000. São Paulo: CEBRAP. p. 183-202.

ORDEM DE SERVIÇO DG/HU ,Nº. 002 de 16 de outubro de 2015.

EMENTA: Prorrogar a suspensão das internações eletivas.

O Diretor do Hospital Universitário Antonio Pedro no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando:

- a) A permanência do desabastecimento de insumos no hospital, em especial os materiais médico-hospitalares, para os pacientes que se encontram internados, a até mesmo para a realização de procedimentos de apoio diagnóstico e terapêutico;
- b) As boas normas de gestão e as dificuldades existentes para a realização dos empréstimos de materiais-hospitalares e medicamentos, o HUAP não deve permanecer, neste momento, com a prática dos empréstimos.
- c) A Portaria nº 1.727, de 14/10/2015, que estabelece os recursos financeiros aos Hospitais Universitários Federais através do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), na qual destinou o valor de R\$1.834.452,87 ao HUAP, somente publicada no DOU nº197, de 15/10/2015, Seção 01, pág.45, entretanto, ainda não descentralizada/orçamentada;
- d) A existência do interstício entre a condição orçamentária financeira para a compra de insumos, e a impossibilidade da reposição imediata dos materiais médico-hospitalares e medicamentos, devido ainda ao prazo de entrega por parte dos fornecedores; e
- e) A necessidade de garantir ao paciente o cuidado à saúde e o atendimento com qualidade.

RESOLVE:

1- **Prorrogar** a suspensão temporária das internações eletivas, a partir de 20 de outubro de 2015 até 03 de novembro de 2015, para preservar o atendimento aos pacientes ora internados.

TARCÍSIO RIVELLO
Diretor Geral
#####